

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”) sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na B3 sob o ticket “EQTL3” e desde 2008 participa do Novo Mercado.

#### 1.1 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR	(a)	65,11%	65,11%
55 Soluções S.A.	(b)	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	(c)	96,50%	96,50%
Geradora de Energia do Norte	(d)	25,00%	25,00%
Vila Velha Termoeletricas Ltda.	(e)	50,00%	50,00%
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(f)	-	0,04%
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	100,00%	100,00%
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(h)	100,00%	51,00%
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	(i)	89,94%	0,00%
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.		-	100,00%
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.		-	100,00%
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.		-	100,00%
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.		-	100,00%
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.		-	100,00%
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.		-	100,00%
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.		-	100,00%
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.		-	100,00%
Participação indireta	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	100,00%	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(k)	100,00%	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(l)	100,00%	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(m)	100,00%	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(n)	100,00%	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(o)	100,00%	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(p)	100,00%	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(q)	100,00%	-
Solenergias Comercializadora de Energia S.A.	(r)	51%	51%
Helios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.	(s)	99,99%	99,99%
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(f)	100,00%	99,96%

- (a) Companhia Energética do Maranhão (CEMAR): Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo a mais de 2,5 milhões de clientes em 217 municípios e cobrindo uma área superior a 332 mil km<sup>2</sup> em 31 de dezembro de 2018. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR em 28/08/2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos;
- (b) 55 Soluções S.A.: Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros;
- (c) Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km<sup>2</sup>, atendendo a mais de 2,6 milhões de consumidores em 144 municípios em 31 de dezembro de 2018. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/07/1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos;
- (d) Geradora de Energia do Norte S.A.: é a Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Geradora de Energia do Norte S.A. O consórcio que detém o controle da Geradora de Energia do Norte S.A.: é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda.

(50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Geradora de Energia do Norte S.A. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas;

- (e) Vila Velha Termoeletricas Ltda.: ainda em fase pré-operacional, é a sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoeletricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia S.A. detém 50% do seu capital. O controle da Vila Velha Termoeletricas Ltda. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas;
- (f) Equatorial Telecomunicações Ltda.: Empresa de direito privado com sede em São Luís, Estado do Maranhão, que tem como suas atividades a prestação de serviços de telecomunicações, serviço telefônico fixo, serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sobre o protocolo de internet e prestação de serviços de informações em telefonia. Em outubro de 2018, a participação de 0,04% da Companhia na Equatorial Telecomunicações Ltda. foi transferida para a 55 Soluções S.A.;
- (g) Equatorial Transmissão S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos; b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de transmissão de energia; c) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; c) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e d) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (h) A Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA), com sede na Cidade do Distrito Federal, é uma sociedade por ações de capital fechado. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela ELETRONORTE, sob a supervisão e fiscalização da Sociedade. No dia 19 de dezembro de 2017 foi quitado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia - FIP vendeu ações representativas de 51% do capital social total da sociedade para a Equatorial Energia e no dia 14 de novembro de 2018 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS vendeu ações representativas de 49% do capital social total da sociedade para a Equatorial Energia S.A.;
- (i) Companhia Energética do Piauí (CEPISA): Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEPISA é o Estado do Piauí, atendendo a mais de 1,2 milhões de clientes em 224 municípios e cobrindo uma área superior a 252 mil km<sup>2</sup>. Em 31 de dezembro de 2018, Em 26 de julho de 2018, a Equatorial Energia S.A. sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da CEPISA. No dia 17 de outubro de 2018 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS vendeu ações representativas de 89,94% do capital social total da sociedade para a Equatorial Energia S.A. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 01/2018, celebrado entre a ANEEL e a CEPISA em 18 de outubro de 2018, possui vigência até 17 de outubro de 2048.
- (j) Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Rio das Águas - Barreiras II C2, com 251 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 461.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022. Em 2018 o controle da Companhia foi transferido da Equatorial Energia S.A. para a Equatorial Transmissão S.A.;
- (k) Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV - Barreiras II, Buritirama C1, com 213 quilômetros; e (b) Subestação 500kV Buritirama (subestação nova para conexões de linhas e compensação de reativos), constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 469.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022. Em 2018 o controle da Companhia foi transferido da Equatorial Energia S.A. para a Equatorial Transmissão S.A.;
- (l) Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Buritirama - Queimada Nova II, C2, com 380 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 543.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022. Em 2018 o controle da Companhia foi transferido da Equatorial Energia S.A. para a Equatorial Transmissão S.A.;
- (m) Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1, com 257 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1, com 337 quilômetros; e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV - parte 1), constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 1.020.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022. Em 2018 o controle da Companhia foi transferido da Equatorial Energia S.A. para a Equatorial Transmissão S.A.;
- (n) Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2, com 257 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em

09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 423.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022. Em 2018 o controle da Companhia foi transferido da Equatorial Energia S.A. para a Equatorial Transmissão S.A.;

- (o) Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, com 330 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 499.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022. Em 2018 o controle da Companhia foi transferido da Equatorial Energia S.A. para a Equatorial Transmissão S.A.;
- (p) Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 230 kV Marituba - Castanhal - 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 462.000 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022. Em 2018 o controle da Companhia foi transferido da Equatorial Energia S.A. para a Equatorial Transmissão S.A.;
- (q) Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, no estado do Maranhão. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016, consistente na (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) pela Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR), constituída em 14 de junho de 2017. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 733.700 e inicie as operações até 09 de fevereiro de 2022. Em 2018 o controle da Companhia foi transferido da Equatorial Energia S.A. para a Equatorial Transmissão S.A.;
- (r) Solenergias Comercializadora de Energia S.A. ("Solenergias"): Sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a 55 Soluções S.A.; e
- (s) Hélios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.: Sociedade Empresarial Limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a Solenergias Comercializadora de Energia S.A.

As controladas CEMAR, CELPA, CEPISA, 55 Soluções, INTESA e a Equatorial Transmissão serão doravante mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como "Controladas".

A Geradora de Energia do Norte e Vila Velha são empresas controladas em conjunto (*joint venture*) pela Equatorial Energia, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

As apresentações das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são equânimes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas, incluindo as empresas controladas em conjunto, e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e

apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 4.22.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5.1 - Receita não faturada:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida porém não faturada;
- **Nota explicativa 5.2- Contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 12 - Ativo financeiro da concessão (distribuição):** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;

- **Nota explicativa 15 - Ativo contratuais (Transmissão):** Critério de apuração e atualização do ativo contratual;

*Momento de reconhecimento do ativo contratual:*

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

*Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:*

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- **Nota explicativa 14 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 20 - Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa 25 - Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa 36 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; e
- **Nota explicativa Erro! Fonte de referência não encontrada. - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

**(i) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 37.3.

**2.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Determinados instrumentos financeiros medidos pelos seus valores justos, quando requeridos pela norma; e
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado.

**3 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**3.1 Base de consolidação**

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

### **3.1.1 Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As entidades controladas diretas são Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, 55 Soluções S.A., Centrais Elétricas do Pará - CELPA, Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, Companhia Energética do Piauí – CEPISA e Equatorial Transmissão S.A.

### **3.1.2 Participação de acionistas não-controladores**

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

### **3.1.3 Perda de controle**

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

### **3.1.4 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

As entidades controladas em conjunto são a Geradora de Energia do Norte S.A. e Vila Velha Termoeletricas Ltda.

### **3.1.5 Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **3.1.6 Combinação de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

#### **3.1.6.1 Companhia Energetica Do Piauí - CEPISA**

Em 26 de julho de 2018, a Companhia sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Companhia Energética do Piauí – CEPISA.

A Equatorial Energia S.A. ofertou no Leilão o índice de 119,00, o qual foi o maior índice combinado de deságio na flexibilização regulatória e outorga, que representa o quanto a flexibilização tarifária autorizada pela ANEEL e o reconhecimento tarifário relativo aos empréstimos de Reserva Global de Reversão – RGR serão reduzidos por ocasião da assinatura do novo contrato de concessão.

#### **a) Contraprestação transferida**

No dia 17 de outubro de 2018 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Equatorial Energia S.A. adquiriu aproximadamente 89,94% do capital social total e votante da Companhia, em contrapartida ao pagamento de R\$ 45.521,52 (quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos) à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"). Além da compra da participação acionária, a Equatorial Energia S.A. também celebrou acordo de acionistas com a Eletrobras e contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica (nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) com a União ("Operação").

Adicionalmente, de acordo com os termos do edital, a Equatorial Energia S.A. deverá adquirir



eventuais sobras das 74.790.616 ações ordinárias e 3.582.784 ações preferenciais da Companhia, representativas de aproximadamente 10,06%, que serão ofertadas aos empregados e aposentados da CEPISA até a data de 26 de janeiro de 2019. Veja nota explicativa de eventos subsequentes nº 41.

A Equatorial Energia S.A. aportou cerca de R\$ 720.000 na Companhia, conforme acordo de acionistas. Além disso, será assegurado à Eletrobras o direito de, dentro de 6 meses a contar da data de liquidação da operação, realizar um aumento de capital de forma a aumentar a sua participação societária em até 30% no capital social total da Companhia.

Em 17 de outubro de 2018, a Equatorial Energia S.A. assumiu oficialmente o controle da distribuidora de energia do Piauí, CEPISA.

**b) Ativos transferidos e passivos incorridos**

O valor justor por melhor estimativa da Administração dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição da CEPISA, conforme definido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios - para caracterizar a companhia adquirida, é apresentado a seguir:

	<b>Saldos a valor justo adquiridos 30/09/2018</b>
<b><u>Ativo circulante</u></b>	
Caixa e equivalentes de caixa	32.552
Investimentos de curto prazo	9
Contas a receber de clientes	486.923
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	459.113
Estoques	7.103
Impostos e contribuições a recuperar	17.652
Outros créditos a receber	97.187
Direitos de ressarcimento	17.952
	<hr/> 1.118.491
<b><u>Ativo não circulante</u></b>	
Contas a receber de clientes	168.609
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	91.537
Depósitos judiciais	28.811
Impostos e contribuições a recuperar	8.299
Outros créditos a receber	1.695
Ativo financeiro da concessão	906.818
Investimentos	146
Imobilizado	39.769
Intangível	69.460
	<hr/> 1.315.144
<b><u>Total do Ativo</u></b>	<hr/> <b>2.433.635</b> <hr/>
<b><u>Passivo circulante</u></b>	
Fornecedores	296.040
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	32.934
Empréstimos e financiamentos	1.237.615
Impostos e contribuições a recolher	251.880
Encargos do consumidor	3.396
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	11.808
Plano de aposentadoria e pensão	3.441
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	128.869
Outras contas a pagar	83.192
	<hr/> 2.049.175

**Passivo Não Circulante**

Empréstimos e financiamentos	1.120.844
Impostos e contribuições a recolher	71.272
Imposto de renda e contribuições social diferidos	229.476
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	196.269
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	71.161
Outras contas a pagar	72.935
	1.761.957

**Patrimônio líquido**

Capital social	1.272.797
Ajuste a valor justo de ativos e passivos	(185.657)
Ajuste de avaliação patrimonial	(44.653)
Prejuízos acumulados	(2.419.984)
	(1.377.497)

<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.433.635</b>
--	------------------

**c) Conciliação saldo contábil com valor justo de ativos transferidos e passivos incorridos**

A conciliação dos valores contábeis a valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da incorporação da CEPISA, conforme definido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios - para caracterizar a companhia adquirida, é apresentado a seguir:

	Saldos contábeis	Ajuste a Valor justo	Saldos contábeis a valor justo
<b><u>Ativo Circulante</u></b>	1.118.491	-	1.118.491
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>			
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	953.026	(861.489)	91537
Outros ativos não circulantes	1.223.607	-	1.223.607
<b><u>Total do Ativo</u></b>	<b>3.295.124</b>	<b>(861.489)</b>	<b>2.433.635</b>
<b><u>Passivo Circulante</u></b>	2.049.175	-	2.049.175
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	1.795.774	(674.930)	1120844
Impostos e contribuições a recolher	294.681	(223.409)	71272
Imposto de renda e contribuições social diferidos	-	229.476	229476
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	196.269	-	196.269
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	78.130	(6.969)	71.161
Outras contas a pagar	72.935		72.935
	2.437.789	(675.832)	1.761.957
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>			
Capital social	1.272.797		1.272.797
Ajuste de avaliação patrimonial	(44.653)		(44.653)
Prejuízos acumulados	(2.419.984)		(2.419.984)
Ajuste a valor justo	-	(185.657)	(185.657)
	(1.191.840)	(185.657)	(1.377.497)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.295.124</b>	<b>(861.489)</b>	<b>2.433.635</b>

**d) Cenário das demonstrações financeiras consolidadas com o resultado do 4º trimestre da CEPISA e do exercício de 2018**

	Saldos contábeis adquiridos da aquisição – de 01/10/2018 a 31/12/2018 - 3 Meses	Saldos contábeis adquiridos da aquisição – de 01/01/2018 a 31/12/2018 – 12 meses
<b>CEPISA</b>		
<b><u>Resultado</u></b>		
Receita líquida	(187.926)	2.049.156
Custo de energia, construção e operação	(528.970)	(1.829.889)
Despesa com vendas, gerais e administrativas	160.358	(387.943)
Resultado financeiro líquido	55.566	105.935
Imposto sobre o lucro	147.673	(7.885)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(353.299)</b>	<b>(70.626)</b>

**EQUATORIAL CONSOLIDADO**

<b><u>Resultado</u></b>		
Receita líquida	11.252.627	13.489.709
Custo de energia, construção e operação	(8.336.908)	(9.637.827)
Despesa com vendas, gerais e administrativas	(837.586)	(1.385.887)
Resultado financeiro líquido	(782.584)	(732.215)
Imposto sobre o lucro	(134.489)	(290.047)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.161.060</b>	<b>1.443.733</b>

Caso a aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2018 o impacto no consolidada da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro seria um reconhecimento a maior de receita líquida de 2018 R\$ 2.237.082 e o impacto no lucro líquido consolidado seria de R\$ 282.673.

**e) Ágio**

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	95.046
Patrimônio líquido da adquirida (89,94%)	(1.071.971)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(166.984)
Patrimônio líquido a valor justo	(1.238.955)
<b>Ágio a ser alocado</b>	<b>1.334.000.241</b>

A Companhia realizou a melhor estimativa na identificação de ativos líquidos a valor justo no qual realizará a revisão de sua estimativa dentro do período subsequente de 12 meses a fim de alocar o restante do saldo ainda não identificado.

**3.1.6.2 Integração Transmissora de Energia S.A. INTESA**

Em 19 de dezembro de 2017 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual o Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia vendeu ações representativas de 51% do capital social da Intesa para a Equatorial Energia S.A.

No dia 14 de novembro de 2018 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, no qual a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS vendeu ações representativas de 49% do capital social total da Intesa para a Equatorial Energia S.A.

**a) Contraprestação transferida**

O preço de compra pago pela Companhia ao Fundo FIP em contrapartida pela aquisição das ações foi R\$ 277.455, atualizado pela variação do CDI a partir da data base do contrato até a data do fechamento

O preço de compra pago pela Companhia à Eletrobras em contrapartida pela aquisição das ações foi R\$ 296.189, atualizado pela variação positiva da SELIC, desde da data base do contrato até a data do fechamento.

**b) Ativos transferidos e passivos incorridos**

O valor justor por melhor estimativa da Administração dos ativos e passivos identificáveis na data da incorporação da INTESA, conforme definido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios - para caracterizar a companhia adquirida, é apresentado a seguir:

	<b>Saldos a valor justo adquiridos da aquisição – 31/12/2017 (51%)</b>
<b><u>Ativo Circulante</u></b>	
Caixa e equivalentes de caixa	96
Investimentos de curto prazo	24.764
Serviços pedidos	659
Impostos e contribuições a recuperar	874
Outros créditos a receber	422
Ativo financeiro de concessão	157.699
	<hr/> 184.514
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>	
Investimentos de longo prazo	11.485
Impostos e contribuições a recuperar	-
Depósitos judiciais	6
Ativo financeiro da concessão	428.428
Intangível (contrato de concessão)	124.232
Ativo imobilizado	332
Ativos contratuais	-
	<hr/> 564.483
<b><u>Total do Ativo</u></b>	<hr/> <b>748.997</b> <hr/>

	<b>(em milhares de reais – R\$) Saldos a valor justo adquiridos da aquisição – 31/12/2017 (51%)</b>
<b><u>Passivo Circulante</u></b>	
Fornecedores	6.562
Empréstimos e financiamentos	31.822
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-
Debêntures	-
Impostos e contribuições a recolher	1.456
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	2.738
Dividendos e juros sobre capital próprio	10.885
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	4.074
Outras contas a pagar	1.091
Encargos do consumidor	-
	<hr/> 58.628

**Passivo Não Circulante**

Empréstimos e financiamentos	57.719
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	29.288
Impostos e contribuições a recolher diferidos	45.409
Outras contas a pagar	13.925
	146.341

**Patrimônio líquido**

Capital social	170.000
Ajuste a valor justo	124.232
Reservas de lucros	249.796
	544.028

<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>748.997</b>
--	----------------

**c) Conciliação saldo contábil com valor justo de ativos transferidos e passivos incorridos**

Os valores contábeis a valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da incorporação da INTESA, conforme definido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios - para caracterizar a companhia adquirida, é apresentado a seguir:

	Saldos contábeis adquiridos	Valor justo	Saldos contábeis a valor justo
<b><u>Ativo Circulante</u></b>	184.514	-	184.514
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>			
Ativo intangível – Contrato de concessão	-	124.232	124.232
Outros ativos não circulantes	440.251	-	440.251
	624.765	124.232	748.997
<b><u>Total do Ativo</u></b>			

	Saldos contábeis adquiridos	Valor justo	Saldos contábeis a valor justo
<b><u>Passivo Circulante</u></b>	58.628	-	58.628
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>	146.341	-	146.341
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>			
Capital social	170.000	-	170.000
Reservas de lucros	249.796	-	249.796
Ajuste a valor justo	-	124.232	124.232
	419.796	124.232	544.028
	624.765	124.232	748.997
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			

**d) Ágio**

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	277.455
Patrimônio líquido da adquirida – 51%	214.096
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis – 51%	63.359
Patrimônio líquido a valor justo	277.455
Ágio a ser alocado	0

Os valores pagos a maior decorrente da aquisição dos 51% foram 100% alocados como mais

valia em contrato de concessão. Os valores pagos sobre os 49% restantes foram alocados também inicialmente em 100% a mais valia de contrato de concessão no qual a Companhia espera rever sua estimativa para o período dos próximos 12 meses.

### **3.2 Moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### **3.3 Receita de vendas**

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 está descrito na nota explicativa nº 4.22.

#### **3.3.1 Distribuição**

As receitas de distribuição de suas controladas (CEMAR, CELPA e CEPISA) são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor, e; ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As controladas reconhecem as receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. As controladas transferem o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte das controladas à medida que as controladas efetivam o desempenho; (b) o desempenho por parte das controladas cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; ou (c) o desempenho por parte das controladas não cria um ativo com uso alternativo para as controladas e as controladas possuem direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica abrangida no escopo do ICPC 01 - Contratos de concessão (R1)/IFRIC 12. O ICPC 01 (R1) estabelece que as concessionárias de energia elétrica devem registrar e mensurar a receita dos serviços que presta (serviços de construção ou melhoria), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

As controladas CEMAR, CELPA e CEPISA contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero,

considerando que: (i) a atividade fim das concessionárias é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) as concessionárias controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

### **3.3.2 Transmissão**

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas:

(i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão (INTESA), a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

### **3.4 Benefícios a empregados**

#### **3.4.1 Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### **3.4.2 Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

#### **3.4.3 Planos de benefício definido**

A obrigação líquida da Companhia e suas controladas para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia e suas controladas, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no



período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia e suas controladas reconhecem ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

### **3.5 Subvenção e assistência governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

### **3.6 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita e despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber);
- Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado;
- Rendimento de aplicações financeiras;
- Descontos concedidos e obtidos; e
- Outras receitas e despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

### **3.7 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de

R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

### **3.7.1 *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A Companhia e suas controladas devem compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se:

- Tiverem o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretenderem liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.7.2 *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando os critérios aplicáveis são atendidos.

### **3.8 Estoques**

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização.

### **3.9 Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros**

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

### **3.10 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)**

#### **3.10.1 Distribuição**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder concedente - Outorgante) e as controladas CEMAR, CELPA e CEPISA (concessionárias - operadoras) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas concessionárias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas CEMAR, CELPA e CEPISA, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 13.
- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas CEMAR, CELPA e CEPISA é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.
- Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos a partir do exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.
- As controladas CEMAR, CELPA e CEPISA reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.
- Caso as concessionárias sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

### **3.10.2 Transmissão**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para

realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### *Ativo de concessão*

Os contratos de concessões garantem à Companhia o direito incondicional ao recebimento dos valores relativos a reversão dos investimentos, não amortizados, cujos valores são determináveis conforme condições previstas na Portaria nº 120/16. Este ativo financeiro é formado pelo fluxo de caixa regulamentado na Nota Técnica ANEEL nº 336/2016.

Os ativos financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser classificados como mensurados a valor justo por meio de resultado, em conformidade com o CPC 48. Em 31 de dezembro de 2017 estes ativos financeiros eram classificados como empréstimos e recebíveis.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados (“Serviços de O&M”), passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

#### *Ativo de concessão - contratual*

Todas as concessões da Companhia e suas controladas foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura

de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante. Veja nota explicativa nº 20.

### **3.11 Ativos intangíveis**

#### **3.11.1 Contratos de concessão de serviços**

As controladas CEMAR, CELPA e CEPISA reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando elas têm um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

#### **3.11.2 Obrigações especiais**

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas CEMAR, CELPA e CEPISA, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador.

#### **3.11.3 Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

#### **3.11.4 Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

#### **3.11.5 Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base

no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas CEMAR, CELPA e CEPISA ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

- A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as concessionárias têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

### **3.12 Ativos contratuais (infraestrutura em construção)**

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente (nota explicativa nº 4.20.1), os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo contratual (infraestrutura em construção) estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

### **3.13 Instrumentos financeiros**

**(i) *Reconhecimento e mensuração inicial***

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) *Classificação e mensuração subsequente***

*Instrumentos financeiros – Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



*Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

A Companhia e suas controladas realizaram uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

<i>Ativos financeiros a VJR</i>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<i>Ativos financeiros a custo amortizado</i>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<i>Instrumentos de dívida a VJORA</i>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía ativos financeiros nesta modalidade.
<i>Instrumentos patrimoniais a VJORA</i>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía ativos financeiros nesta modalidade.

*Ativos financeiros - política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018*

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado).

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018*

<i>Ativos financeiros a VJR</i>	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
<i>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</i>	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
<i>Ativos financeiros mantidos para venda</i>	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém

substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de Hedge.***

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

**3.14 Capital social**

**(i) *Ações ordinárias***

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributo sobre o lucro / IAS 12.

**(ii) *Ações preferenciais***

A controladora Equatorial Energia S.A. não possui ações preferenciais.

Ações preferenciais não resgatáveis das controladas CEMAR, CELPA e CEPISA são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e suas controladas e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia e suas controladas.

**(iii) Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

**3.15 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

*Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e ativos de contratos.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas elaboram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Vide nota explicativa nº 36.5 para maiores detalhes.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão exposto ao risco de crédito.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A

Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

*Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*(ii) Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não os estoques e imposto ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

### **3.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

### **3.17 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do

desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

***Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas***

As provisões para processos judiciais são constituídas para todas os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**3.18 Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de distribuição; (ii) transmissão de energia elétrica (“Redes”); (iii) atividades de serviços e atividades de comercialização de energia (“Liberalizado”); e (iv) atividades administrativas e suporte às operações (“Holding”).

**3.19 Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia e suas controladas elaboram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

**3.20 Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.



Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinam que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

### **3.21 Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### **3.22 Mudanças nas políticas contábeis**

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas para CEMAR / CELPA / CEPISA não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Nas transmissoras, a aplicação do CPC 47/IFRS 15 gerou mudanças significativas nas demonstrações financeiras das mesmas, conforme detalhado a seguir.

#### **3.22.1 CPC 47 - Receita de contratos com clientes**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC

17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A Companhia e suas controladas analisaram as seguintes receitas de contratos com clientes:

- Receita de fornecimento de energia;
- Receita de disponibilidade da rede elétrica – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Receita de venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE;
- Receita de construção da infraestrutura da concessão;
- Receitas com transmissão de energia elétrica;
- Receita mútuo uso de poste; e
- Outras receitas.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia e suas controladas concluíram que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma determina que a Companhia e suas controladas somente podem contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia e suas controladas devem considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação, quando devido. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita será apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia. As controladas CEMAR, CELPA e CEPISA avaliaram os clientes com longo histórico de inadimplência que, por diversos motivos, não tiveram seu fornecimento de energia suspenso e concluiu que o impacto não é material. Dessa forma, a Companhia monitora mensalmente tais recebíveis e os mesmos continuam a ser objeto de constituição de perda esperada de acordo com as políticas da Companhia.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A norma determina que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. As Distribuidoras são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Uma vez descumpridos esses indicadores, as controladas CEMAR, CELPA e CEPISA

são obrigadas a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Até 31 de dezembro de 2017, essas penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

Com base nas análises realizadas, as controladas CEMAR, CELPA e CEPISA concluíram que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nos seguintes itens:

- (i) penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (deduções da receita).
- (ii) ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativos contratuais (nota explicativa nº 16).

A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que a mesma é construída. Esta nova prática gerou uma reclassificação de ativo intangível em curso para ativos contratuais (infraestrutura em construção) no montante de R\$ 2.794.757 (nota explicativa nº 16).

Os impactos da transição para o CPC 47/IFRS 15 em 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados conforme a seguir:

	<b>Saldos sem adoção do CPC 47/IFRS 15</b>	<b>Ajustes CPC 47/IFRS 15 Distribuidoras (a)</b>	<b>Ajustes CPC 47/IFRS 15 Transmissoras (b)</b>	<b>Saldo reportado</b>
<b>Ativo</b>				
Ativo circulante				
Outros ativos não circulantes	9.203.232	-	-	9.203.232
Ativo financeiro da concessão	171.909	-	54.423	226.332
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>9.375.141</b>	<b>-</b>	<b>54.423</b>	<b>9.429.564</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Outros ativos não circulantes	3.569.384	-	-	3.569.384
Ativo financeiro da concessão	5.143.094	-	(976.529)	4.166.565
Intangível	7.171.173	(1.120.822)	-	6.050.351
Ativos contratuais	-	1.120.822	1.169.310	2.290.132
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>15.883.651</b>	<b>-</b>	<b>192.781</b>	<b>16.076.432</b>
<b>Ativo total</b>	<b>25.258.792</b>	<b>-</b>	<b>247.204</b>	<b>25.505.996</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo circulante	6.442.384	-	-	6.442.384
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>6.442.384</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.442.384</b>

Impostos e Cont. a recolher (PIS e COFINS) diferidos	110.789	-	58.129	168.918
Imposto de renda e contribuição social diferido	445.063	-	44.743	489.806
Outros passivos não circulantes	11.852.017	-	-	11.852.017
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>12.407.869</b>	<b>-</b>	<b>102.872</b>	<b>12.510.741</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>6.408.539</b>	<b>-</b>	<b>144.332</b>	<b>6.552.871</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>6.408.539</b>	<b>-</b>	<b>144.332</b>	<b>6.552.871</b>
<b>Passivo total</b>	<b>25.258.792</b>	<b>-</b>	<b>144.332</b>	<b>25.505.996</b>
<b>Demonstração do resultado</b>				
Receita líquida (c)	11.140.494	(57.632)	169.765	11.252.627
Custo da energia elétrica, construção e operação	(8.336.908)	-	-	(8.336.908)
Despesas com vendas	(524.529)	-	-	(524.529)
Despesas gerais e administrativas	(162.651)	-	-	(162.651)
Outras despesas operacionais, líquidas (c)	(208.038)	57.632	-	(150.406)
Resultado financeiro líquido	(782.584)	-	-	(782.584)
Impostos sobre o lucro	(74.383)	-	(60.106)	(134.489)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.051.401</b>	<b>-</b>	<b>109.659</b>	<b>1.161.060</b>

- (a) Impacto da adoção do CPC47/IFRS15 nas distribuidoras.  
(b) Impacto da adoção do CPC47/IFRS15 nas transmissoras.  
(c) Penalidades DIF/FIC e outras anteriormente reconhecidas como outras despesas operacionais, sendo reclassificadas para deduções da receita, conforme norma.

### 3.22.2 **CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, as Companhias adotaram as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentada em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem das Companhias era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em despesas comerciais. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 268.209 mil, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de 'despesas vendas' para 'perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Consequentemente, a Companhia reconheceu as perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 130.052 mil, como 'despesas com vendas' no patrimônio líquido referente ao exercício de 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas adotaram as alterações consequentes ao CPC 40/ IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

<b>Em R\$ mil</b>	<b><i>Impairment adicional</i></b>
Contas a receber de clientes	130.052
Impostos diferidos	(44.217)
<b>Impacto em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>85.835</b>

Os impactos da adoção do CPC 48/IFRS 9 na Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

	<b>Saldos sem adoção do CPC 48/IFRS 9</b>	<b>Ajustes CPC 48/IFRS 9</b>	<b>Saldo reportado</b>
<b>Ativo</b>			
Outros ativos circulante	6.491.527	-	6.491.527
Contas a receber	2.749.367	188.670	2.938.037
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>9.240.894</b>	<b>188.670</b>	<b>9.429.564</b>
Ativo não circulante	16.076.432	-	16.076.432
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>16.076.432</b>	<b>-</b>	<b>16.076.432</b>
<b>Ativo total</b>	<b>25.317.326</b>	<b>188.670</b>	<b>25.505.996</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Outros passivos circulantes	5.841.245	-	5.841.245
Impostos e contribuições a recolher	581.209	19.930	601.139
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>6.422.454</b>	<b>19.930</b>	<b>6.442.384</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Outros passivo circulante	12.020.935	-	12.020.935
Imposto de renda e contribuições social diferidos	445.588	44.218	489.806
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>12.466.523</b>	<b>44.218</b>	<b>12.510.741</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	6.428.349	124.522	6.552.871
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>6.428.349</b>	<b>124.522</b>	<b>6.552.871</b>
<b>Passivo total</b>	<b>25.317.326</b>	<b>188.670</b>	<b>25.505.996</b>

	<b>Saldos sem adoção do CPC 48/IFRS 9</b>	<b>Ajustes CPC 48/IFRS 9</b>	<b>Saldo reportado</b>
<b>Resultado</b>			
Receita líquida	11.252.627	-	11.252.627
Custo da energia elétrica, construção e operação	(8.336.908)	-	(8.336.908)
Despesas com vendas	(583.147)	211.478	(371.669)
Perdas por redução ao valor recuperável	-	(152.860)	(152.860)
Despesas gerais e administrativas	(162.651)	-	(162.651)
Outras despesas operacionais, líquidas	(150.406)	-	(150.406)
Resultado financeiro líquido	(782.584)	-	(782.584)
Impostos sobre o lucro	(114.559)	(19.930)	(134.489)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.122.372</b>	<b>38.688</b>	<b>1.161.060</b>
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas.

*Classificação – Ativos financeiros e passivos financeiros*

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

## Controladora

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros		31/12/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa <sup>1</sup>	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	27.574	27.574	56.503	56.503
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	VJR	VJR	690.572	690.572	1.191.335	1.191.335
Total do ativo			<u>718.146</u>	<u>718.146</u>	<u>1.247.838</u>	<u>1.247.838</u>

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros		31/12/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Passivo ao custo amortizado	Custo amortizado	993	993	1.178	1.178
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	Custo amortizado	834.166	834.425	310.447	310.447
Debêntures	Passivo ao custo amortizado	Custo amortizado	1.262.443	1.291.538	803.464	816.486
Total do passivo			<u>2.097.602</u>	<u>2.126.956</u>	<u>1.115.089</u>	<u>1.128.111</u>

## Consolidado

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros		31/12/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa <sup>1</sup>	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	556.150	556.150	565.164	565.164
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	VJR	VJR	4.187.840	4.187.840	3.607.310	3.607.310
Investimentos de curto prazo	VJR	VJR	-	-	919	919
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.906.072	3.906.072	3.052.909	3.052.909
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	VJR	142.451	142.451	48.720	48.720
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	VJR	VJR	9.056	9.056	8.466	8.466
Ativo financeiro da concessão - Transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	597.946	597.946	152.919	152.919
Ativo financeiro de concessão – distribuidoras	Empréstimos e recebíveis	VJR	3.794.951	3.794.951	3.071.703	3.071.703
Ativos contratuais	-	Custo amortizado	2.290.132	2.290.132	-	-
Total do ativo			<u>15.484.598</u>	<u>15.484.598</u>	<u>10.508.110</u>	<u>10.508.110</u>

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros		31/12/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Passivo ao custo amortizado	Custo amortizado	1.553.025	1.553.025	1.185.038	1.185.038
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	Custo amortizado	6.859.831	7.501.148	3.963.243	3.978.750
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	VJR	14.915	14.915	19.946	19.946
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	Passivo ao custo amortizado	Custo amortizado	831.370	831.370	974.067	986.203
Debêntures	Passivo ao custo amortizado	Custo amortizado	4.676.349	4.676.349	3.006.998	3.080.650
Total do passivo			<u>13.935.490</u>	<u>13.935.490</u>	<u>9.149.292</u>	<u>9.250.587</u>

<sup>1</sup> Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia adequou o saldo apresentado anteriormente no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

*Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais*

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O potencial das perdas estimadas foi analisado com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia e suas controladas realizaram o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes do segmento de distribuição (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

*Transição*

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram aplicadas retrospectivamente. A Companhia e suas controladas optaram por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável).

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial. i) determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido. ii) A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR.

**3.23 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 não tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas no período de aplicação inicial.

**(a) CPC 06(R2)/IFRS 16 (arrendamentos)**

A Companhia e suas controladas deverão adotar o CPC 06(R2)/IFRS16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia e suas controladas apresentem suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador



permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Com base na avaliação da Administração, não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia e suas controladas, uma vez que não há operações de arrendamento dentro dos critérios do IFRS16.

**(b) Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

**3.24 Assuntos regulatórios**

**3.24.1 Bandeiras tarifárias**

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as Companhias devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as Companhias credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$ 0,03/MWh, vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 0,05/MWh, amarela, com acréscimo de R\$ 0,01/MWh e verde, sem acréscimo.

Em 2018 e 2017, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	<b>Cor da bandeira</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Jan	Verde	Verde
Fev	Verde	Verde
Mar	Verde	Amarela
Abr	Verde	Vermelha Patamar 1
Mai	Amarela	Vermelha Patamar 1
Jun	Vermelha Patamar 2	Verde
Jul	Vermelha Patamar 2	Amarela
Ago	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Set	Vermelha Patamar 2	Amarela
Out	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 2
Nov	Amarela	Vermelha Patamar 2
Dez	Verde	Vermelha Patamar 1

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as controladas CEMAR, CELPA e CEPISA reconheceram o montante de R\$ 376.494 (R\$ 267.070 em 31 de dezembro de 2017) de bandeira tarifária via faturamento juntos aos clientes, e recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$ 45.732. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

### **3.24.2 Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios**

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

### **3.24.3 Sobrecontratação de energia**

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado

de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as controladas CEMAR, CELPA e CEPISA fizeram uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

#### **3.24.4 *Conta de Desenvolvimento Energético - CDE***

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às Companhias distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para as controladas CEMAR e CEPISA um incremento na tarifa equivalente a R\$ 11.822 por mês e para a controlada CELPA um incremento na tarifa equivalente a R\$ 16.397, que está sendo atualizado periodicamente.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para as controladas CEMAR e CELPA o montante de R\$ 21.670, por mês, no período de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 27.859 no período de abril de 2018 a março de 2020.

Em 26 de setembro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.305, que homologou para a controlada CEPISA o valor de R\$ 3.169 por mês, no período de setembro de 2017 a agosto de 2018, e R\$ 3.233 no período de setembro a novembro de 2018, através da Resolução Homologatória nº 2.440, de 25 de setembro de 2018. Em 27 de novembro de 2018, a ANEEL publicou o valor de R\$ 6.873 para o período de dezembro de 2018 a novembro de 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as controladas CEMAR, CELPA e CEPISA efetuaram o pagamento de R\$ 443.545 (R\$ 279.686 em 31 de dezembro de 2017).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, as controladas CEMAR, CELPA e CEPISA não disponibilizaram nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

### **3.24.5 Revisão Tarifária Periódica - RTA**

#### **CEMAR**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.226 de 25 de abril de 2017, homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da CEMAR, em 10,95%, dos quais 6,92% correspondem ao reposicionamento tarifário econômico e 4,03% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 12,88%, sendo de 11,49%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 13,21%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 28 de agosto de 2018 com vigência até 27 de agosto de 2019.

#### **CELPA**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.930 de 04 de agosto de 2015, homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da CELPA. A 5ª Revisão Tarifária Periódica será aplicada em agosto de 2019.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,47%, sendo de 10,22%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 6,30%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão. As novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2018 com vigência até 6 de agosto de 2019.

#### **CEPISA**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.605, de 27 de agosto de 2013, homologou o resultado da 3ª Revisão Tarifária Periódica da CEPISA. A 4ª Revisão Tarifária Periódica será aplicada em dezembro de 2019.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de -8,55%, sendo de -4,30%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de -9,61%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e bancos	265	468	117.047	112.687
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	717.881	1.247.370	4.626.943	4.059.787
<b>Total</b>	<b>718.146</b>	<b>1.247.838</b>	<b>4.743.990</b>	<b>4.172.474</b>
(i) Aplicações financeiras de curto prazo	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
CDB	27.015	55.686	374.890	391.804
Fundos de investimentos	690.572	1.191.335	4.187.840	3.607.310
Debêntures compromissadas	294	349	64.213	60.673
<b>Total</b>	<b>717.881</b>	<b>1.247.370</b>	<b>4.626.943</b>	<b>4.059.787</b>

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, referem-se a renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito e Fundos de Investimentos, cujas operações realizadas são de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de AA- e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 99,43% (100,18% em 31 de dezembro de 2017) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A Companhia e suas controladas adotam a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia e suas controladas utilizam os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa.

## 5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

### 5.1 Composição dos saldos

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contas a receber de consumidores faturados	1.861.417	1.556.676
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	373.687	292.977
Parcelamentos (b)	1.990.254	1.394.480
Baixa renda e viva luz	83.955	85.704
Outras	278.241	166.827
<b>Total</b>	<b>4.587.554</b>	<b>3.496.664</b>
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(681.482)	(443.755)
<b>Total contas a receber clientes</b>	<b>3.906.072</b>	<b>3.052.909</b>
Circulante	2.938.037	2.439.478
Não circulante	968.035	613.431

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica das controladas CEMAR, CELPA e CEPISA podem ser efetuados com prazo de até 48, 48 e 120 vezes. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m.

## 5.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber (CEMAR, CELPA e CEPISA)

	31/12/2017	Aquisição (a)	Provisões/ adições	Reversões (baixas) (a)	31/12/2018
Contas a receber de consumidores faturados	218.505	88.815	1.311.514	(1.431.688)	187.146
Parcelamentos	210.808	139.749	304.022	(209.748)	444.831
Outras	14.442	23.087	54.036	(42.060)	49.505
Total	<u>443.755</u>	<u>251.651</u>	<u>1.669.572</u>	<u>(1.683.496)</u>	<u>681.482</u>

- (a) Saldos provenientes do controle da distribuidora de energia do Piauí, CEPISA. Ver detalhes na nota explicativas nº 2 - Entidades controladas e controladas em conjunto; e

Informações adicionais sobre como a Companhia e suas controladas mensuram a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber estão descritas na Nota explicativa nº 37.5.

### a. Contas a receber de consumidores faturados (CEMAR, CELPA e CEPISA)

	2018			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	346.901	430.570	169.627	947.098
Industrial	86.896	21.826	41.929	150.651
Comercial	206.560	83.629	49.003	339.192
Rural	26.612	26.376	33.218	86.206
Poder público	79.987	63.487	28.379	171.853
Iluminação pública	30.020	12.055	11.233	53.308
Serviço público	38.600	58.319	16.190	113.109
Total fornecimento faturado	<u>815.576</u>	<u>696.262</u>	<u>349.579</u>	<u>1.861.417</u>

<b>2017</b>				
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Total</b>
Residencial	312.299	361.813	121.995	796.107
Industrial	74.859	23.676	42.030	140.565
Comercial	169.864	72.892	42.376	285.132
Rural	21.263	23.777	26.647	71.687
Poder público	71.371	67.209	23.463	162.043
Iluminação pública	19.637	11.943	15.536	47.116
Serviço público	18.968	20.022	15.036	54.026
Total fornecimento faturado	<u>688.261</u>	<u>581.332</u>	<u>287.083</u>	<u>1.556.676</u>

**b. Parcelamentos**

<b>2018</b>				
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Total</b>
Residencial	924.634	76.385	209.247	1.210.266
Industrial	36.136	3.356	21.781	61.273
Comercial	144.250	11.994	37.026	193.270
Rural	42.805	4.540	16.447	63.792
Poder público	272.807	7.382	13.395	293.584
Iluminação pública	83.620	1.466	1.603	86.689
Serviço público	75.468	2.940	2.972	81.380
Total do parcelamento	<u>1.579.720</u>	<u>108.063</u>	<u>302.471</u>	<u>1.990.254</u>

<b>2017</b>				
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Total</b>
Residencial	744.476	65.713	150.858	961.047
Industrial	35.291	4.872	15.042	55.205
Comercial	103.710	10.628	27.812	142.150
Rural	31.365	3.371	8.232	42.968
Poder público	103.434	3.948	7.429	114.811
Iluminação pública	27.256	2.337	979	30.572
Serviço público	43.943	2.046	1.738	47.727
Total do parcelamento	<u>1.089.475</u>	<u>92.915</u>	<u>212.090</u>	<u>1.394.480</u>

## **6 Serviços pedidos (Consolidado)**

Refere-se aos custos apurados através de serviços executados para terceiros ou para a própria outorgada registrados através de Ordens de Serviços - ODS, custos referentes à retirada (baixa) de bem integrante do ativo imobilizado registrados através de Ordens de Desativações - ODD e custos de alienações de bens mediante a emissão de Ordens de Alienação - ODA, sendo os critérios para apuração desses custos estabelecidos e determinados pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSE.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Circulante		
Desativações e alienações em curso (a)	97.095	39.050
Serviço próprio (b)	94.763	19.455
Serviço próprio P&D e PEE (c)	80.945	78.659
Serviços prestados a terceiros (d)	34.516	49.903
Transformação fabricação e reparos de materiais	1.308	1.171
Outros	-	7.564
	<u>308.627</u>	<u>195.802</u>
Total circulante		
Não circulante		
Serviço próprio P&D e PEE (c)	20.886	-
	<u>20.886</u>	<u>-</u>
Total não circulante		
	<u>329.513</u>	<u>195.802</u>
Total serviços pedidos		

- (a) Refere-se principalmente ao aumento dos custos com retirada (baixa) de bens integrantes do ativo imobilizado registrados através de ordens de desativações, entre as quais destacamos: baixa de medidores; geradores, transformadores e religadores de distribuição;
- (b) Referem-se principalmente ao aumento na emissão de ordens de serviços para apuração de custos com a execução dos serviços de relocação de instalações elétricas;
- (c) Variação decorrente do encerramento de projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento baixados no período; e
- (d) A variação apresentada decorre, principalmente, do aumento da instalação e retirada de rede e ramal de serviço de caráter temporário para o estabelecimento de fornecimento provisório.



## 7 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

A conta de compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, com a finalidade de permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, em que a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2018</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Parcela A			
CDE - conta de desenvolvimento energético	4.330	27.541	31.871
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	3.061	38	3.099
Rede básica	73.626	5.635	79.261
Compra de energia - CVA	767.994	426.872	1.194.866
ESS - encargos do serviço do sistema	(199.533)	(142.220)	(341.753)
	<u>649.478</u>	<u>317.866</u>	<u>967.344</u>
	<b>2018</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Itens financeiros			
Sobrecontratação de energia	(102.756)	(8.713)	(111.469)
Neutralidade	57.298	4.615	61.913
CEPISA violação do limite de continuidade	86	-	86
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	-	(217.232)	(217.232)
Outros	(139.601)	136.056	(3.545)
	<u>(184.973)</u>	<u>(85.274)</u>	<u>(270.247)</u>
Total ativo (passivo)	<u>464.505</u>	<u>232.592</u>	<u>697.097</u>
	<b>2017</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Parcela A			
CDE - conta de desenvolvimento energético	(15.858)	(25.400)	(41.258)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	834	(47)	787
Rede básica	11.683	43.059	54.742
Compra de energia - CVA	122.927	357.729	480.656
ESS - encargos do serviço do sistema	(120.541)	(224.380)	(344.921)
	<u>(955)</u>	<u>150.961</u>	<u>150.006</u>
Itens financeiros			
Sobrecontratação de energia	38.726	127.282	166.008
Neutralidade	23.753	(22.713)	1.040
CEPISA violação do limite de continuidade	268	-	268
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	-	(138.477)	(138.477)
Ativo regulatório ANGRA III	37.778	3.439	41.217
Outros	844	(471)	373
	<u>101.369</u>	<u>(30.940)</u>	<u>70.429</u>
Total ativo (passivo)	<u>100.414</u>	<u>120.021</u>	<u>220.435</u>

As controladas CEMAR, CELPA e CEPISA registram os valores oriundos das Parcela A de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva, conforme OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.

	31/12/2017	Aquisição (i)	Constituição	Baixa (h)	Atualização	Amortizações	31/12/2018
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(41.258)	(1.902)	44.101	13.290	2.375	15.265	31.871
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	787	1.167	2.418	183	231	(1.687)	3.099
Rede básica (b)	54.742	53.935	32.405	(24.421)	1.502	(38.902)	79.261
Compra de energia CVA (c)	480.656	272.483	721.352	52.507	43.069	(375.201)	1.194.866
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(344.921)	(124.499)	(118.751)	74.015	(14.338)	186.741	(341.753)
	<u>150.006</u>	<u>201.184</u>	<u>681.525</u>	<u>115.574</u>	<u>32.839</u>	<u>(213.784)</u>	<u>967.344</u>
	31/12/2017	Aquisição (i)	Constituição	Baixa (h)	Atualização	Amortizações	31/12/2018
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (e)	166.008	(54)	(212.119)	(48.732)	(2.380)	(14.192)	(111.469)
Neutralidade	1.040	(326)	35.325	50.385	577	(25.088)	61.913
CEPISA/CEMAT violação do limite de continuidade	268	-	-	-	-	(182)	86
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(138.477)	-	(69.326)	-	(9.429)	-	(217.232)
Ativo regulatório ANGRA III (f)	41.217	-	-	(10.789)	1.051	(31.479)	-
Ativo financeiro setorial RGR	-	953.026	-	(865.824)	(87.202)	-	-
Outros (g)	<u>373</u>	<u>129.440</u>	<u>(195.576)</u>	<u>153.080</u>	<u>13.665</u>	<u>(104.527)</u>	<u>(3.545)</u>
	<u>70.429</u>	<u>1.082.086</u>	<u>(441.696)</u>	<u>(721.880)</u>	<u>(83.718)</u>	<u>(175.468)</u>	<u>(270.247)</u>
Total	<u>220.435</u>	<u>1.283.270</u>	<u>239.829</u>	<u>(606.306)</u>	<u>(50.879)</u>	<u>(389.252)</u>	<u>697.097</u>
Ativo (passivo)							
Circulante	100.414						464.505
Não circulante	120.021						232.592

**Equatorial Energia S.A.**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2018**

	<u>31/12/2016</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortizações</u>	<u>31/12/2017</u>
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	(8.960)	(60.911)	14.869	(1.406)	15.150	(41.258)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	13.023	(544)	(1.080)	590	(11.202)	787
Rede básica (b)	6.441	48.665	4.285	2.031	(6.680)	54.742
Compra de energia - CVA (c)	254.424	333.234	53.593	31.679	(192.274)	480.656
ESS - encargos do serviço do sistema (d)	(125.307)	(320.759)	(6.886)	(18.405)	126.436	(344.921)
	<u>139.621</u>	<u>(315)</u>	<u>64.781</u>	<u>14.489</u>	<u>(68.570)</u>	<u>150.006</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (e)	(8.129)	183.654	(7.346)	5.699	(7.870)	166.008
Exposição financeira (f)	(66.420)	67.432	(43.580)	101	42.467	-
Eletro nuclear	245	-	(47)	-	(198)	-
Neutralidade	(62.611)	31.536	17.204	(102)	15.013	1.040
CEPISA violação do limite de continuidade	75	86	(242)	(35)	384	268
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (g)	(77.488)	(51.915)	-	(9.074)	-	(138.477)
Ativo regulatório ANGRA III (h)	-	24.593	37.701	1.709	(22.786)	41.217
Outros	1.682	1.092	(2.140)	897	(1.158)	373
	<u>(212.646)</u>	<u>256.478</u>	<u>1.550</u>	<u>(805)</u>	<u>25.852</u>	<u>70.429</u>
<b>Total</b>	<u><b>(73.025)</b></u>	<u><b>256.163</b></u>	<u><b>66.331</b></u>	<u><b>13.684</b></u>	<u><b>(42.718)</b></u>	<u><b>220.435</b></u>
Ativo (passivo)						
Circulante	(71.524)					100.414
Não circulante	(1.501)					120.021

- (a) Variação positiva em virtude da elevação dos valores homologados pela ANEEL a título de revisão orçamentária para pagamento em 2018 em que superaram os valores de cobertura no exercício;
- (b) Variação positiva em virtude da elevação das tarifas impostas para pagamento dos custos serem superiores as tarifas de cobertura vigentes;
- (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas cujo preço de geração é superior ao PLD. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD entre os submercados. Acrescenta-se a variação do exercício o efeito gerado pelas contabilizações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos de Energia Nova - MCSDD;
- (d) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do sistema. Na revisão tarifária periódica da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi maior aos custos efetivamente pagos, acrescido do recebimento de Receitas via Conta de Energia de Reserva, a CONER, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via passivo regulatório. Com isso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a conta de ESS realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resultou em uma constituição passiva;
- (e) Para o exercício de 2018, devido a situação de contratos e mercado, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot, sendo que o PLD está inferior ao preço médio e na operação de venda que resulta na constituição de um ativo regulatório. Adicionalmente, ocorreu o efeito da contabilização de operações no mercado de curto prazo dos períodos de agosto a outubro de 2017 recalculados pela CCEE na liquidação de janeiro/18;
- (f) No exercício de 2018, o ativo regulatório de Angra III constituído em 2017, foi integralmente amortizado;
- (g) Amortização do financeiro Risco Hidrológico, e contabilização do Ressarcimento de P&D, oriundo da devolução pela União de valores que foram repassados às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN;
- (h) Com relação ao montante de reconhecimento das baixas dos ativos e passivos regulatórios no referido trimestre, tais valores referem-se as diferenças entre os custos homologados pela ANEEL no processo de RTA - Reajuste Tarifário quanto aos valores de Parcela A e demais componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os respectivos valores são realizados ao término do período tarifário, ou seja, na data do reajuste tarifário, ocorrendo a amortização dos saldos remanescentes, bem como a extinção dos saldos apurados e não recuperados; e
- (i) Saldo proveniente do controle da distribuidora de energia do Piauí, CEPISA. Ver detalhes na nota explicativas nº 2 - Entidades controladas e controladas em conjunto.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas CEMAR e CELPA adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.438, de 21 de agosto de 2018, a ANEEL realizou a revisão tarifária da controlada CEMAR, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2018 com vigência até 27 de agosto de 2019, e através da Resolução Homologatória nº 2.433, de 07 de

agosto de 2018, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da controlada CELPA, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2018 com vigência até 6 de agosto de 2019.

Para a controlada CEPISA, a partir da assinatura do contrato de concessão pela Companhia, no mês de dezembro, a ANEEL apurou o índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Por meio da Resolução Homologatória nº 2.490, de 27 de Novembro de 2018 homologou as novas tarifas que entraram em vigor no dia 02 de dezembro de 2018 com vigência até 01 de dezembro de 2019.

Nesse processo as CVA contabilizadas pelas controladas são validadas devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela CEMAR, CELPA e CEPISA e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas. As tarifas de aplicação das controladas foram reajustadas em média 16,94% na CEMAR, 11,75% na CELPA e 12,64%, na CEPISA, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas das Controladas.

## 8 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados conforme a seguir:

### 8.1 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (b)	97.319	83.424
INSS	11.633	10.206
PIS e COFINS	23.650	6.933
Outros	22.798	16.574
Total circulante	<u>155.400</u>	<u>117.137</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (b)	122.078	127.628
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	1.191.680	-
Outros	2.567	3.119
Total não circulante	<u>1.316.325</u>	<u>130.747</u>
Total impostos e contribuições a recuperar	<u>1.471.725</u>	<u>247.884</u>

(a) As controladas CEMAR e CEPISA constituíram um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de, respectivamente, R\$ 756.449 e R\$ 435.231, baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, e suportado pelo transitório e julgado na ação individual destas Companhias. Ver detalhes na nota explicativa nº 26; e

(b) As controladas da Companhia possuem impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo imobilizado, apropriados à proporção de 1/48 avos.

## 8.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Circulante				
IRRF sobre aplicação financeira	16.459	7.559	66.180	76.120
Antecipação de IRPJ/CSLL	6.241	6.241	9.116	14.817
IRPJ/CSLL a restituir (a)	8.319	9.674	92.767	37.848
IRRF/CSLL retido na fonte	6.495	6.491	19.965	27.279
<b>Total circulante</b>	<b>37.514</b>	<b>29.965</b>	<b>188.028</b>	<b>156.064</b>
Não circulante				
IRPJ/CSLL restituir (a)	-	-	53.205	45.561
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>53.205</b>	<b>45.561</b>
<b>Total impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar</b>	<b>37.514</b>	<b>29.965</b>	<b>241.233</b>	<b>201.625</b>

- (a) Na controlada CELPA os valores registrados no circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de IRPJ e CSLL, do ano de 2018, e são recuperados no exercício subsequente, na forma de saldo negativo, compensando-os com os tributos federais devidos. O valor registrado no não circulante é decorrente de pedido de restituição oriundo de antecipações de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei nº 11.941/2009 e serão recuperados quando da homologação pela Receita Federal.

## 9 Outros créditos a receber

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Circulante				
Valores a recuperar de empregados	-	-	9.937	3.448
Adiantamento a fornecedores	-	-	10.176	12.322
Alienação de bens e direitos	-	-	2.812	5.498
Crédito ressarcimento de energia	-	-	3.246	3.564
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	4.103	871
Despesas pagas antecipadamente	1.796	-	18.983	897
Arrecadação de convênios	-	-	30.665	24.007
Neutralidade PIS/COFINS (a)	-	-	75.171	-
Subvenção descontos tarifários (b)	-	-	98.770	86.653
Outros créditos a receber	831	8.174	28.613	56.815
<b>Total circulante</b>	<b>2.627</b>	<b>8.174</b>	<b>282.476</b>	<b>194.075</b>
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caução em garantia (d)	-	-	-	62.393
Neutralidade PIS/COFINS	-	-	91.480	-
Cessão de crédito - CELPA	9.145	8.601	9.145	-
Adiantamento a fornecedores (e)	-	-	249.925	100.773
Outros créditos a receber	-	60	17.381	24.670
<b>Total não circulante</b>	<b>9.145</b>	<b>8.661</b>	<b>367.931</b>	<b>187.836</b>
<b>Total outros créditos a receber</b>	<b>11.772</b>	<b>16.835</b>	<b>650.407</b>	<b>381.911</b>

Corresponde a saldo de crédito de PIS/COFINS decorrente do mecanismo de neutralidade da Parcela B, necessários para manter o equilíbrio financeiro dos referidos tributos, conforme estabelecido em Nota Técnica nº 115/2005-SFF/SRE/ANEEL, originário da diferenças da alíquota efetiva apurada no mês de referência e o efetivamente arrecado, e a crédito extemporâneo da mesma natureza;

- (e) A controlada CELPA possui saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$ 16.287, bloqueado em decorrência dos contratos de financiamentos repactuados através do Plano de Recuperação Judicial;
- (f) A redução de saldo se deve, principalmente, pela liquidação antecipada de empréstimos junto à Secretaria de Tesouro Nacional – STN e por conseguinte a baixa de suas garantias vinculadas na controlada CELPA; e
- (g) Valor refere-se aos adiantamentos a fornecedores relativos às Transmissoras (SPE) para construção de instalações de transmissão.

## 10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

			Controladora					
			2018		2018	2017		2017
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado/ Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
CEMAR	(a)	Contrato de compartilhamento	-	1.043	-	-	(842)	-
		Dividendos	-	-	-	59.962	-	-
		Cessão de créditos	9.144	-	(549)	8.661	-	(2.265)
CELPA	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	-	-	-
		Dividendos	-	-	-	122.660	-	-
55 Soluções	(c)	Dividendos	-	-	-	4.700	-	-
Equatorial Transmissão		Custos pré operacionais	2.329	-	2.329	-	-	-

			Consolidado					
			2018		2018	2017		2017
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado/ Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
Eletrobras	(d)	Empréstimos	-	(116.799)	-	-	(131.946)	-
		Dividendos	-	-	-	-	(32.456)	-
EQTREPREV	(e)	Previdência privada	-	-	2.874	-	-	1.520
		Reserva de amortização	-	(221)	-	-	-	-
		Contrato de serviço	13	-	-	13	-	-
Geradora de Energia do Norte	(f)	Compra de energia elétrica	-	-	(9.454)	-	(151)	15.591

- (a) Os valores entre a controlada CEMAR e a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber;
- (b) Os valores com a CELPA são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA/ Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043 e valores provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (c) Os valores com a 55 Soluções são provenientes do contrato de serviços de despesas administrativas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com a Eletrobras são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a Eletrobras são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil;
- (e) Os valores são provenientes das contribuições das patrocinadoras controladas CEMAR e CELPA com sua Fundação de Previdência Complementar; e

- (f) Os valores com a Geradora de Energia do Norte S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR N° 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado.

A Companhia detém ainda, valores com a EQTPREV provenientes de confissão de dívida no montante de R\$ 6.286 e das contribuições da patrocinadora CELPA com sua Fundação de Previdência Complementar com efeito no resultado de R\$ 3.752 no exercício findo de 31 de dezembro de 2018 (R\$ 6.411 e R\$ 3.752 sendo Previdência Complementar e efeito no resultado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017). As condições do plano de previdência da CELPA com a EQTPREV estão descritas conforme Nota explicativa n° 36.

A Companhia adicionalmente possui as seguintes partes relacionadas, para as quais não há saldos movimentados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017: Equatorial Telecomunicações, Solenergias Comercializadora de Energia, Hélios Energia Comercializadora de Serviços, Integração Transmissora de Energia.

### Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 16.000, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2018.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de 31 de dezembro de 2018, paga pela Companhia no exercício:

#### Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

#### Diretoria

Remuneração fixa: 26%

Benefícios 0%

Remuneração variável: 68%

Remuneração baseada em ações 6%

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria paga pela Companhia no exercício:

	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	7		7		14
Remuneração fixa anual	1.080	100%	2.492	26%	3.572
Salário ou pró-labore	1.080	100%	2.340	20%	3.420
Benefícios diretos e indiretos	-	-	152	2%	152
Remuneração variável	-	-	6.591	68%	6.591
Bônus	-	-	6.591	68%	6.591
Benefícios pós emprego	-	-	14	-	14
Remuneração baseada em ações	-	-	585	6%	585
Valor total da remuneração por órgão	1.080	100%	9.682	100%	10.762

### Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas CEMAR, CELPA e CEPISA, sem ônus, nos contratos de empréstimos e financiamentos.

## 11 Sub-rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a controlada CELPA foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, para a ilha do Marajó. Atualmente, a sub-rogação é regida pela Resolução Normativa ANEEL n.º 427 de 22 de Fevereiro de 2011.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$ 465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$ 184.660 e 2ª fase no valor de R\$ 280.538. Já para interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$ 22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à CELPA até 31 de dezembro de 2018 R\$ 398.095 (R\$ 285.786 até 31 de dezembro de 2017), ficando um saldo a receber de R\$ 117.350 (R\$ 230.002 em 31 de dezembro de 2017).

Programa	Saldo em 31/12/2017	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 31/12/2018
Sub-rogação Ilha do Marajó	8.466	111.828	(112.309)	1.071	9.056
Total	8.466	111.828	(112.309)	1.071	9.056

  

Programa	Saldo em 31/12/2016	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 31/12/2017
Sub-rogação Ilha do Marajó	65.284	8.966	(65.077)	(707)	8.466
Total	65.284	8.966	(65.077)	(707)	8.466

## 12 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação, e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.



A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2017	Aquisição	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	Constituição	Reclassificação	31/12/2018
Ativo financeiro - Distribuição	4.468.458	1.681.775	197.517	776.633	(2.142)	-	(1.670.758)	5.451.483
Obrigações especiais - Distribuição	(1.396.755)	(774.957)	(102.771)	(157.004)	-	-	774.955	(1.656.532)
<i>Subtotal</i>	<i>3.071.703</i>	<i>906.818</i>	<i>94.746</i>	<i>619.629</i>	<i>(2.142)</i>	<i>-</i>	<i>(895.803)</i>	<i>3.794.951</i>
Ativo financeiro - Transmissão	152.919	586.126	103.779	58.240	(131.019)	16.736	(188.835)	597.946
<i>Subtotal</i>	<i>152.919</i>	<i>586.126</i>	<i>103.779</i>	<i>58.240</i>	<i>(131.019)</i>	<i>16.736</i>	<i>(188.835)</i>	<i>597.946</i>
<b>Total</b>	<b>3.224.622</b>	<b>1.492.944</b>	<b>198.525</b>	<b>677.869</b>	<b>(133.161)</b>	<b>16.736</b>	<b>(1.084.638)</b>	<b>4.392.897</b>
Ativo (passivo) Circulante	-	-	-	-	-	-	-	226.332
Não circulante	3.224.622	-	-	-	-	-	-	4.166.565

	31/12/2016	Atualização do ativo financeiro (b)	Capitalização	Baixas	Constituição	31/12/2017
Ativo financeiro	3.747.057	181.499	555.116	(13.372)	151.077	4.621.377
Obrigações especiais (c)	(1.144.833)	(92.249)	(159.953)	280	-	(1.396.755)
<b>Total</b>	<b>2.602.224</b>	<b>89.250</b>	<b>395.163</b>	<b>(13.092)</b>	<b>151.077</b>	<b>3.224.622</b>

As concessões das controladas CEMAR, CELPA, CEPISA, INTESA e Transmissoras (SPE) não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Saldos provenientes do controle da distribuidora de energia do Piauí - CEPISA, e da Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA. Ver detalhes na nota explicativas nº 2 - Entidades controladas e controladas em conjunto;
- (b) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, nas controladas CEMAR e CELPA, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário; e
- (c) Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber: i) Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e ii) Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da ANEEL.

## 13 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto são conforme a seguir demonstradas:

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Avaliados por equivalência patrimonial:					
CEMAR	65,11%	2.034.293	1.780.817	-	-
CELPA	96,50%	2.642.618	2.235.140	-	-
CEPISA	89,94%	639.381	-	-	-
Geradora de Energia do Norte	25,00%	97.540	89.254	97.540	89.254
Vila Velha	50,00%	3.300	3.300	3.300	3.300
55 Soluções	100,00%	70.059	53.110	-	-
Equatorial Telecomunicações	0,04%	-	-	-	-
Transmissora SPE 01	100,00%	-	18.958	-	-
Transmissora SPE 02	100,00%	-	21.079	-	-
Transmissora SPE 03	100,00%	-	23.746	-	-
Transmissora SPE 04	100,00%	-	39.907	-	-
Transmissora SPE 05	100,00%	-	16.469	-	-
Transmissora SPE 06	100,00%	-	19.669	-	-
Transmissora SPE 07	100,00%	-	35.159	-	-
Transmissora SPE 08	100,00%	-	27.349	-	-
Equatorial Transmissão	100,00%	766.659	-	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	100,00%	701.321	311.061	-	311.061
Subtotal		<u>6.955.171</u>	<u>4.675.018</u>	<u>100.840</u>	<u>403.615</u>
Outros investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.690</u>	<u>18.448</u>
Total		<u>6.955.171</u>	<u>4.675.018</u>	<u>118.530</u>	<u>422.063</u>

### 13.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto

Controladas	Saldo em 31 de dezembro 2017	Aquisição novo investimento	Aumento de capital	Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Resultado da equivalência patrimonial	Transferência de controle acionário (a)	Prov. Desvalorização investimento permanente	Amortização do direito de concessão	Outros resultados abrangentes	Ajuste na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9	Ajuste na aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15	Saldo em 31 de dezembro de 2018
CEMAR	1.780.817	-	-	(107.868)	(82.424)	437.762	-	-	(b) (10.029)	-	16.035	-	2.034.293
CELPA	2.235.140	-	-	(5.255)	(85.081)	438.380	-	-	-	371	59.063	-	2.642.618
CEPISA	-	95.045	720.916	-	-	(150.781)	-	-	-	(25.799)	-	-	639.381
Geradora de Energia do Norte	89.254	-	-	-	(27.900)	36.186	-	-	-	-	-	-	97.540
Vila Velha	3.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.300
55 Soluções	53.110	-	-	-	(5.279)	22.228	-	-	-	-	-	-	70.059
Transmissora SPE 01	18.958	-	-	-	-	-	(18.958)	-	-	-	-	-	-
Transmissora SPE 02	21.079	-	-	-	-	-	(21.079)	-	-	-	-	-	-
Transmissora SPE 03	23.746	-	-	-	-	-	(23.746)	-	-	-	-	-	-
Transmissora SPE 04	39.907	-	1.328	-	-	38	(41.273)	-	-	-	-	-	-
Transmissora SPE 05	16.469	-	177	-	-	27	(16.673)	-	-	-	-	-	-
Transmissora SPE 06	19.669	-	537	-	-	43	(20.249)	-	-	-	-	-	-
Transmissora SPE 07	35.159	-	31.928	-	-	35	(67.122)	-	-	-	-	-	-
Transmissora SPE 08	27.349	-	49.307	-	-	53	(76.709)	-	-	-	-	-	-
Equatorial Transmissão	-	-	340.782	-	(7.091)	122.101	285.809	(515)	-	-	-	25.573	766.659
INTESA	311.061	296.189	-	-	(16.061)	111.256	-	-	(c) (10.223)	-	-	9.099	701.321
Total	4.675.018	391.234	1.144.975	(113.123)	(223.836)	1.017.328	-	(515)	(20.252)	(25.428)	75.098	34.672	6.955.171

- (a) A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio do despacho nº 3.592, de 26 de outubro de 2017, anuiu a transferência de controle acionário direto das Transmissoras que passaram a ser controladas diretamente pela Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia S.A, registrado em ata da assembleia geral extraordinária nos dias 02 de janeiro de 2018 e 01 de fevereiro de 2018;
- (b) Refere-se a amortização do intangível sobre direito de concessão pela aquisição da controlada CEMAR, onde será amortizado até o final da concessão em 2030; e
- (c) Refere-se a amortização do intangível sobre direito de concessão pela aquisição da controlada INTESA, onde será amortizado até o final da concessão em 2036.

## 13.2 Conciliação dos investimentos

2018									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA /provisão para perdas	Efeito da não integralização de capital social pelos minoritários (a)	Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.852.515	672.356	-	437.762	1.857.235	177.058	-	2.034.293
CELPA	96,4992%	3.006.081	455.392	(1.070)	438.417	2.900.844	(258.226)	-	2.642.618
CEPISA	89,9425%	(852.906)	(353.299)	166.985	(167.575)	(767.125)	1.334.001	72.505	639.381
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	344.837	144.519	202	36.180	86.209	11.331	-	97.540
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	70.059	22.228	-	22.228	70.059	-	-	70.059
Equatorial Transmissão	100,0000%	766.659	122.101	-	122.101	766.659	-	-	766.659
INTESA	100,0000%	524.089	111.256	-	111.256	524.089	177.232	-	701.321
		6.717.934	1.174.553	166.117	1.000.369	5.441.270	1.441.396	72.505	6.955.171
2017									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA /Provisão para perdas		Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.447.799	489.617	-	318.783	1.593.731	187.086		1.780.817
CELPA	96,4992%	2.582.714	613.531	9.204	600.934	2.492.298	(257.158)		2.235.140
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	311.490	107.137	385	26.880	77.873	11.381		89.254
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-		3.300
55 Soluções	100,0000%	53.110	19.789	-	19.789	53.110	-		53.110
Transmissora SPE 01	100,0000%	18.958	119	-	119	18.958	-		18.958
Transmissora SPE 02	100,0000%	21.079	131	-	131	21.079	-		21.079
Transmissora SPE 03	100,0000%	23.746	112	-	112	23.746	-		23.746
Transmissora SPE 04	100,0000%	39.907	163	-	163	39.907	-		39.907
Transmissora SPE 05	100,0000%	16.469	19	-	19	16.469	-		16.469
Transmissora SPE 06	100,0000%	19.669	33	-	33	19.669	-		19.669
Transmissora SPE 07	100,0000%	35.159	233	-	233	35.159	-		35.159
Transmissora SPE 08	100,0000%	27.349	124	-	124	27.349	-		27.349
Equatorial Transmissão	100,0000%	(515)	(3.083)	-	(3.083)	(515)	515		-
INTESA	51,0000%	450.794	58.394	-	29.781	229.905	81.156		311.061
		6.054.328	1.286.319	9.589	994.018	4.652.038	22.980		4.675.018

- (a) Em outubro de 2018, a Companhia efetuou aumento de capital na investida CEPISA no montante de R\$ 720.916, sendo que o prazo para a integralização por parte dos minoritários era até janeiro de 2019. Desta forma, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 72.505 deve-se à alteração na participação relativa.

### 13.3 Informações das controladas e controladas em conjunto

	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não Circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
<b>Saldos em 2018</b>												
CEMAR	65,1087%	2.501.485	1.106.870	4.490.095	3.032.195	2.852.515	3.796.771	1.225.789	(443.326)	30.812	(140.919)	672.356
CELPA	96,4992%	3.087.209	1.930.009	5.968.115	4.119.234	3.006.081	5.491.536	1.371.837	(573.853)	(235.440)	(107.152)	455.392
CEPISA	89,9425%	1.620.764	1.721.002	1.971.843	2.724.511	(852.906)	(187.926)	(716.896)	160.358	55.566	147.673	(353.299)
Geradora de energia do norte	25,0000%	119.630	96.012	565.108	244.695	344.837	506.216	207.205	(15.608)	(21.516)	(25.562)	144.519
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	54.715	26.778	43.353	1.231	70.059	124.870	28.960	(1.797)	1.085	(6.020)	22.228
Equatorial Transmissão	100,0000%	15.568	14.028	766.119	1.000	766.659	-	-	122.069	37	(5)	122.101
INTESA	100,0000%	429.563	34.592	451.106	321.988	524.089	207.956	154.853	(3.476)	(4.812)	(35.309)	111.256
		<u>7.828.934</u>	<u>4.929.291</u>	<u>14.262.339</u>	<u>10.444.854</u>	<u>6.717.934</u>	<u>9.939.423</u>	<u>2.271.748</u>	<u>(755.633)</u>	<u>(174.268)</u>	<u>(167.294)</u>	<u>1.174.553</u>

**Equatorial Energia S.A.**  
**Demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2018**

Balanco patrimonial							Resultado					
	Participação societária	Circulante		Não Circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/ (Prejuízo) bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
<b>Saldos em 2017</b>												
CEMAR	65,1087%	2.877.884	1.452.571	3.675.456	2.652.970	2.447.799	3.370.836	1.097.200	(480.671)	(24.970)	(101.942)	<b>489.617</b>
CELPA	96,4992%	3.147.581	2.028.985	5.448.618	3.984.500	2.582.714	5.150.974	1.414.483	(684.461)	(207.295)	90.804	<b>613.531</b>
Geradora de energia do norte	25,0000%	155.866	135.289	570.391	279.864	311.490	540.183	169.539	(19.828)	(22.760)	(19.814)	<b>107.137</b>
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	46.286	26.097	38.872	5.951	53.110	104.915	68.212	(41.877)	1.895	(8.441)	<b>19.789</b>
Transmissora SPE 01	100,0000%	5.771	10.309	24.885	1.389	18.958	13.781	150	-	(23)	(8)	<b>119</b>
Transmissora SPE 02	100,0000%	4.676	10.632	28.361	1.326	21.079	13.182	167	-	(31)	(5)	<b>131</b>
Transmissora SPE 03	100,0000%	3.131	11.172	33.444	1.657	23.746	16.417	156	-	(42)	(2)	<b>112</b>
Transmissora SPE 04	100,0000%	4.013	23.836	62.647	2.917	39.907	28.066	340	-	(84)	(93)	<b>163</b>
Transmissora SPE 05	100,0000%	3.609	9.049	22.863	954	16.469	9.204	114	-	(63)	(32)	<b>19</b>
Transmissora SPE 06	100,0000%	3.693	11.457	28.646	1.213	19.669	11.737	135	-	(67)	(35)	<b>33</b>
Transmissora SPE 07	100,0000%	3.516	960	34.988	2.385	35.159	22.451	486	-	(105)	(148)	<b>233</b>
Transmissora SPE 08	100,0000%	4.620	2.897	28.111	2.485	27.349	24.105	208	(2)	(24)	(58)	<b>124</b>
Equatorial Transmissão	100,0000%	216	1.967	1.236	-	(515)	-	(2.412)	(590)	(81)	-	<b>(3.083)</b>
INTESA	51,0000%	184.516	58.630	440.250	115.342	450.794	131.810	78.637	68	(7.498)	(12.813)	<b>58.394</b>
		<b>6.445.378</b>	<b>3.783.851</b>	<b>10.445.368</b>	<b>7.052.953</b>	<b>6.054.328</b>	<b>9.437.661</b>	<b>2.827.415</b>	<b>(1.227.361)</b>	<b>(261.148)</b>	<b>(52.587)</b>	<b>1.286.319</b>

## 14 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	2018			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço - Distribuição	4,36%	11.687.381	(5.025.630)	(2.324.527)	4.337.224
Contrato de concessão - CEMAR		291.810	(114.753)	-	177.057
Mais Valia - CEPISA		1.334.001	-	-	1.334.001
Outros		24.721	(8.389)	-	16.332
Subtotal		13.337.913	(5.148.772)	(2.324.527)	5.864.614
Em serviço - Transmissão		8.950	(487)	-	8.463
Em curso - Transmissão	4,34%	43	-	-	43
Contrato de concessão - INTESA		187.456	(10.225)	-	177.231
Subtotal		196.449	(10.712)	-	185.737
Total		13.534.362	(5.159.484)	(2.324.527)	6.050.351

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030 na controlada CEMAR, até julho de 2028 na controlada CELPA e até outubro de 2048 na controlada CEPISA, conforme ICPC 01(R1). Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

### Movimentação do ativo intangível

	Distribuição						31/12/2018
	31/12/2017	Aquisição	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	
Em serviço	9.575.326	297.483	1.274.473	40.874	(132.638)	631.863	11.687.381
(-) Amortização	(4.207.167)	(281.184)	2.525	(609.107)	69.303	-	(5.025.630)
Total em serviço	5.368.159	16.299	1.276.998	(568.233)	(63.335)	631.863	6.661.751
Em curso	1.451.918	8.385	(1.461.539)	-	-	-	(1.236)
Total em curso	1.451.918	8.385	(1.461.539)	-	-	-	(1.236)
Obrigações especiais (b)	(3.062.194)	(153.852)	(270.278)	-	-	(177.282)	(3.663.606)
(-) Amortização	963.235	198.628	2.865	174.351	-	-	1.339.079
Total em obrigações especiais	(2.098.959)	44.776	(267.413)	174.351	-	(177.282)	(2.324.527)
Direito de concessão	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização	-	-	-	-	-	-	-
Total de direito de concessão	-	-	-	-	-	-	-
Outros	200.877	-	1.215	1.502.529	-	-	1.704.621
	4.921.995	69.460	(450.739)	1.108.647	(63.335)	454.581	6.040.609
Transmissão							

	<b>31/12/2017</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Capitalização/ transferência (a)</b>	<b>31/12/2018</b>
Em serviço	7.703	-	-	1.247	-	-	8.950
(-) Amortização	(88)	-	-	(399)	-	-	(487)
Total em serviço	7.615	-	-	848	-	-	8.463
Em curso	1.236	-	-	43	-	-	1.279
Total em curso	1.236	-	-	43	-	-	1.279
Subtotal	8.851	-	-	891	-	-	9.742
Total	4.930.846	69.460	-	1.109.538	(63.335)	454.581	6.050.351

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão. De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, 6.3.19 Juros sobre Obras em Andamento - JOA, para os financiamentos contraídos, os valores de juros, variações monetárias e as variações cambiais incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, sendo que esses custos somente poderão ser ativados limitado ao WACC regulatório (ou incorrido se for menor que WACC regulatório). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o valor do JOA nas controladas CEMAR, CELPA e CEPISA foram, respectivamente, R\$ 1.883, R\$ 13.306 e R\$ 235 (R\$ 3.260, R\$ 19.272 e R\$ 244 em 31 de dezembro de 2017); e
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica

## 15 Ativos contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

O ativo de contrato está constituído conforme a seguir demonstrado:

	<b>Ativos contratuais</b>		
	<b>Custo</b>	<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>	<b>Valor líquido</b>
Distribuição	1.687.610	(566.788)	1.120.822
Transmissão	1.169.310	-	1.169.310
Total	2.856.920	(566.788)	2.290.132



*Movimentação do ativo de contrato*

	Distribuição					31/12/2018
	31/12/2017	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência(a)	
Em curso	-	1.851.197	1.246.215	(1.310)	(1.408.492)	1.687.610
Total em curso	-	1.851.197	1.246.215	(1.310)	(1.408.492)	1.687.610
Obrigações especiais (b)	-	(504.676)	(398.206)	1.812	334.282	(566.788)
(-) Amortização	-	-	-	-	-	-
Total em obrigações especiais	-	(504.676)	(398.206)	1.812	334.282	(566.788)
Direito de concessão	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização	-	-	-	-	-	-
Total de direito de concessão	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>1.346.521</b>	<b>848.009</b>	<b>502</b>	<b>(1.074.210)</b>	<b>1.120.822</b>
	Transmissão					31/12/2018
	31/12/2017	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência(a)	
Em curso	-	188.835	937.695	-	42.780	1.169.310
Total em curso	-	188.835	937.695	-	42.780	1.169.310
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>188.835</b>	<b>937.695</b>	<b>-</b>	<b>42.780</b>	<b>1.169.310</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.535.356</b>	<b>1.785.704</b>	<b>502</b>	<b>(1.031.430)</b>	<b>2.290.132</b>

A Companhia e suas controladas avaliaram o impacto e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

- (a) Vide nota explicativa nº15 (b);  
(b) Vide nota explicativa nº15 (c);

## 16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	599.451	670.131
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	50.842	44.808
Materiais e serviços (b)	993	1.178	870.204	440.699
Aquisição de combustível	-	-	697	-
Outros	-	-	18.112	29.400
Total	993	1.178	1.539.306	1.185.038
Não circulante				
Encargos de uso da rede elétrica (c)	-	-	6.879	-
Materiais e serviços (c)	-	-	6.840	-
Total			13.719	-
Total	993	1.178	1.553.025	1.185.038

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os custos com compra de energia no mercado de curto prazo tiveram um preço médio menor em relação ao mesmo exercício de 2017.
- (b) Variação refere-se ao saldo proveniente do controle da distribuidora de energia do Piauí, CEPISA, o saldo apresentado de fornecedores em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 250.654.
- (c) Os valores classificados no longo prazo de materiais e serviços são referentes a fornecedores de encargos de uso de rede elétrica e diversos que se encontram bloqueados por descumprimento de contratos.

## 17 Empréstimos e financiamentos

### Composição do saldo

	Controladora				Consolidado		
	2018				2018		
Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos			Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)							
CCBI Citibank	-	-	-	7,39%	7.101	1.062.420	1.069.521
Morgan	-	-	-	5,27%	137	12.895	13.032
Total moeda estrangeira	-	-	-	7,36%	7.238	1.075.315	1.082.553

**Equatorial Energia S.A.**  
**Demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2018**

	Controladora				Consolidado			
	2018				2018			
Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos				Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
<b>Moeda nacional</b>								
Eletrobras	-	-	-	-	7,83%	1.062.024	1.154.021	2.216.045
IBM	-	-	-	-	7,19%	1.665	-	1.665
BNDES	-	-	-	-	7,88%	165.635	472.171	637.806
Banco do Brasil	-	-	-	-	4,50%	1.930	1.173	3.103
Sudene	-	-	-	-	8,37%	7.735	258.826	266.561
Caixa	-	-	-	-	6,32%	14.540	112.886	127.426
Finep	-	-	-	-	4,00%	646	160	806
CCEE/RGR/ANEEL	-	-	-	-	5,00%	154	1.006.178	1.006.332
Santander	-	-	-	-	7,43%	7.302	200.000	207.302
Votorantim	-	-	-	-	4,50%	454	125	579
Nota promissória	6,88%	834.166	-	834.166	7,07%	1.030.478	952.326	1.982.804
Subtotal	6,88%	834.166	-	834.166	7,14%	2.292.563	4.157.866	6.450.429
(-) Custo de captação		-	-	-		(1.396)	(671.755)	(673.151)
Total moeda nacional	6,88%	834.166	-	834.166	7,85%	2.291.167	3.486.111	5.777.278
Total	6,88%	834.166	-	834.166	7,77%	2.298.405	4.561.426	6.859.831

  

	Controladora				Consolidado			
	2017				2017			
Custo médio da dívida (%a.a.)	Principal e encargos				Custo médio da dívida (%a.a.)	Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total			Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda estrangeira (USD)</b>								
Tesouro Nacional	-	-	-	-	4,73%	721	72.965	73.686
CCBI Citibank	-	-	-	-	3,13%	3.801	578.900	582.701
Total moeda estrangeira						4.522	651.865	656.387
<b>Moeda nacional</b>								
Eletrobras	-	-	-	-	4,50%	34.867	141.142	176.009
Guanabara	-	-	-	-	11,43%	1.694	-	1.694
IBM	-	-	-	-	11,32%	11.761	2.017	13.778
BNDES	-	-	-	-	9,66%	304.029	1.370.787	1.674.816
Banco do Brasil	-	-	-	-	10,61%	284.022	3.097	287.119
BNB	-	-	-	-	8,50%	18.514	39.254	57.768
Caixa	-	-	-	-	6,00%	6.745	51.193	57.938
Finep	-	-	-	-	4,00%	1.126	1.402	2.528
Sudene	-	-	-	-	7,00%	6.966	23.747	30.713
Santander	-	-	-	-	9,76%	122	200.000	200.122
Votorantim	-	-	-	-	4,50%	473	580	1.053
Nota promissória	10,82%	310.447	-	310.447	10,63%	311.429	500.000	811.429
Subtotal		310.447	-	310.447		981.748	2.333.219	3.314.967
(-) Custo de captação		-	-	-		(1.692)	(6.419)	(8.111)
Total moeda nacional		310.447	-	310.447		980.056	2.326.800	3.306.856
Total		310.447	-	310.447		984.578	2.978.665	3.963.243

Em 31 de dezembro de 2018 os valores em empréstimos e financiamentos consolidados possuem um custo médio de 7,16% a.a., equivalente a 107,71% do CDI (8,58% a.a., equivalente a 86,44% do CDI, em 31 de dezembro de 2017).

***Cronograma de amortização da dívida***

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

### **Controladora**

O saldo da dívida da Controladora está 100% apresentada no circulante devido aos vencimentos no curto prazo.

### **Consolidado**

<b>Vencimento</b>	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Circulante	2.298.405	34%	984.578	25%
2019	-	0%	399.777	10%
2020	1.433.833	21%	742.290	19%
2021	1.446.513	21%	1.221.963	31%
2022	377.305	6%	250.222	6%
2023	490.048	7%	-	0%
Após 2023	1.485.482	22%	370.832	9%
Subtotal	5.233.181	76%	2.985.084	75%
Custo de captação (Não circulante)	(2.436)	0%	-	0%
Ajuste a valor presente (Não circulante)	(669.319)	-10%	(6.419)	0%
Não circulante	4.561.426	66%	2.978.665	75%
Total	6.859.831	100%	3.963.243	100%

### **Movimentação da dívida**

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

### **Controladora**

	<b>Moeda nacional</b>		<b>Moeda estrangeira (USD)</b>		<b>Total</b>
	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	310.447	-	-	-	310.447
Ingressos	-	820.000	-	-	820.000
Encargos	32.416	-	-	-	32.416
Transferências	820.000	(820.000)	-	-	-
Amortização de principal	(310.000)	-	-	-	(310.000)
Pagamento de juros	(18.697)	-	-	-	(18.697)
Custo de captação	699	(699)	-	-	-
Transferências de transação	(699)	699	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	834.166	-	-	-	834.166

### Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	980.056	2.326.800	4.522	651.865	3.963.243
Aquisição (a)	1.269.437	1.840.111	-	13.382	3.122.930
Ingressos	32.154	1.738.887	-	390.000	2.161.041
Encargos	229.418	96.560	39.287	-	365.265
Variação monetária e cambial	43.293	12.485	60.892	42.657	159.327
Transferências	1.863.446	(1.863.446)	22.589	(22.589)	-
Amortizações de principal	(1.970.590)	50	(83.213)	-	(2.053.753)
Pagamentos de juros	(156.342)	-	(36.839)	-	(193.181)
Custo de captação	7.116	(2.838)	-	-	4.278
Transferências de transação	(6.821)	6.821	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	(669.319)	-	-	(669.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.291.167	3.486.111	7.238	1.075.315	6.859.831

- (a) Saldos provenientes do controle da distribuidora de energia do Piauí, CEPISA, e da Integração Transmissora de Energia S.A. -INTESA. Ver detalhes na nota explicativas nº 2 - Entidades controladas e controladas em conjunto.

### Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e pelas controladas CEMAR, CELPA e controladas indiretas Transmissoras SPE 1, 2, 3, 7 e 8 possuem *covenants financeiros*, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas Controladas CEMAR, CELPA, e Equatorial Transmissão mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

#### Controladora

##### Covenants Notas Promissórias 2ª NP

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,0 2,6

#### CEMAR

##### Covenants Notas Promissórias 1ª NP

1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,25 0,9

2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5 31,6

#### SPE 07

##### Covenants Notas Promissórias 1ª NP

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5 2,6

## SPE 08

### *Covenants* Notas Promissórias

### 1ª NP

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5

2,6

## 18 Debêntures

### *Movimentação da dívida controladora e consolidado*

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Controladora		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.269	800.195	803.464
Ingressos	-	448.400	448.400
Encargos	69.248	-	69.248
Pagamento de juros	(57.505)	-	(57.505)
Variação monetária	-	4.142	4.142
Custo de captação	(900)	(4.406)	(5.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.112	1.248.331	1.262.443

	Controladora		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Ingressos	-	800.000	800.000
Encargos	3.269	-	3.269
Variação monetária	-	195	195
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.269	800.195	803.464

### Segunda emissão de debêntures

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia firme, em duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 695.500, com vencimento em novembro/2022 com taxa equivalente a CDI + 1,6% a.a. e a segunda série no montante total de R\$ 104.500 com vencimento em novembro/2024 com taxa equivalente à IPCA + 5,77% a.a. Ambas destinaram-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente da 1ª série é de R\$ 701.981 (R\$ 697.964 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 8,12 % a.a. (11,53% a.a. em 31 de dezembro de 2017) e da 2ª série é de R\$ 109.567 (R\$ 105.500 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 10,05% a.a. (8,57% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

### Terceira emissão de debêntures

Em 04 de outubro de 2018, a Companhia realizou a Terceira Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 448.400, com vencimento em outubro/2024 com taxa equivalente a CDI + 1,3% a.a. Os recursos destinaram-se prioritariamente para aumento do capital de giro e alongamento do passivo financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 456.202 e a taxa efetiva dessa operação é de 7,78 % a.a.

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	213.812	2.793.186	3.006.998
Ingressos	-	2.233.400	2.233.400
Encargos	252.500	-	252.500
Transferência	861.214	(861.214)	-
Amortização do principal	(629.186)	-	(629.186)
Pagamento de juros	(219.684)	-	(219.684)
Variação monetária	33.189	8.741	41.930
Custo de captação	(6.381)	(3.228)	(9.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	505.464	4.170.885	4.676.349

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	118.740	1.629.727	1.748.467
Ingressos	-	1.323.000	1.323.000
Encargos	159.198	-	159.198
Transferência	159.994	(159.994)	-
Amortização do principal	(100.450)	-	(100.450)
Pagamento de juros	(147.948)	-	(147.948)
Variação monetária	24.273	3.637	27.910
Custo de captação	5	(3.184)	(3.179)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	213.812	2.793.186	3.006.998

As controladas da Companhia possuem doze emissões vigentes:

### CELPA

#### Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a CELPA realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 5 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio/2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da CELPA. Debêntures contratada com taxa equivalente à IPCA + 9,0% a.a., com amortização de 50% em 30 de maio de 2019 e 50% em 30 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 109.155 (R\$ 104.392 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva é de 13,41% a.a. (11,80% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

### **Segunda emissão de debêntures**

Em 13 de outubro de 2016, a CELPA realizou a Segunda Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 1 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., dividida em duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 e a segunda série no montante total de R\$ 23.000, ambas com vencimento em janeiro/2024 destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da CELPA. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a. e da segunda série é IPCA + 7% a.a., com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 69.175 para a primeira série e R\$ 25.735 para a segunda série, com taxa efetiva de 12,41% e 11,33% a.a., respectivamente (R\$ 90.472 com taxa de 10,57% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

### **Terceira emissão de debêntures**

Em 11 de novembro de 2016, a CELPA realizou a Terceira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 26 de dezembro de 2016, sendo uma emissão de debêntures incentivada, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A. no montante de R\$ 300.000, dividido em duas séries de R\$ 199.069 e R\$ 100.931, com vencimento em dezembro/2021 e dezembro/2023 respectivamente, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CELPA. Contrato ao custo de IPCA + 6,70% a.a. para a 1ª série e, IPCA + 6,87% a.a. para 2ª série. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 213.009 para a primeira série e R\$ 108.005 para a segunda série, com taxa efetiva de 11,02% e 11,19% a.a., respectivamente (R\$ 309.247 com taxa de 9,56% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

### **Quarta emissão de debêntures**

Em 5 de dezembro de 2016, a CELPA realizou a Quarta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 28 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 500.000, com vencimento em dezembro/2019 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da CELPA. Em 18 de maio de 2018, a CELPA realizou a aquisição facultativa de R\$ 443.500 Debêntures (R\$ 457.351, incluindo a remuneração aplicável) transferindo esses debenturistas para a 2ª série da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 56.645, com taxa efetiva de 7,45% a.a. (R\$ 501.382 com taxa 11,51% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

### **Quinta emissão de debêntures**

Em 25 de abril de 2018, a CELPA realizou a Quinta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 18 de maio de 2018, sendo uma emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 1.000.000, dividido em duas séries de R\$ 543.033 e R\$ 456.967, sendo o público alvo da segunda série os titulares da 4ª emissão da CELPA. As duas séries têm vencimento em abril/2023, destinou-se à gestão ordinária dos negócios da Emissora, com o objetivo de cobrir necessidades de capital de giro. Contrato ao custo de CDI + 1,10% a.a. para a 1ª série e, CDI + 1,30% a.a. para 2ª série. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 549.996 para a primeira série e R\$ 462.987 para a segunda série, com taxa efetiva de 7,56% a.a. e 7,78% a.a., respectivamente.



## **CEMAR**

### **Quarta emissão de debêntures**

Em 22 de setembro de 2012, encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se aos pagamentos das dívidas, recomposição de caixa e capital de giro da CEMAR. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de CDI + 1,08% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,90% a.a. com amortizações anuais da 1ª e 2ª série (primeira amortização ocorrida em 22 de junho de 2016) com seus respectivos vencimentos em 21 de junho de 2018 e 21 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 179.498 (R\$ 292.966 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 9,44% a.a. (12,80% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

### **Sexta emissão de debêntures**

Em 27 de outubro de 2014, encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da CEMAR. Debêntures contratada com taxa 113,2% CDI, primeira amortização ocorreu em 13 de outubro de 2017 com vencimento em 14 de outubro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 67.653 (R\$ 135.527 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é 7,27 % a.a. (11,24% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

### **Sétima emissão de debêntures**

Em 01 de novembro de 2016 encerrou-se a distribuição pública da 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, destinaram-se, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da CEMAR. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a. com amortização *bullet* e seus respectivos vencimentos em 15 de outubro de 2021 e 15 de outubro de 2023. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 292.589 (R\$ 281.804 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 7,99% a.a. (11,79% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

### **Oitava emissão de debêntures**

Em 13 de outubro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em uma série, destinaram-se a gestão ordinária da CEMAR, com o objetivo de cobrir a necessidade de Capital de Giro. Debêntures contratada com taxa 107% CDI com amortização *bullet*, com vencimento em 15 de setembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 509.436 (R\$ 507.917 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 6,87% a.a. (10,62% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

## **CEPISA**

### **Primeira emissão de debêntures**

Em 28 de novembro de 2018, realizou-se a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da CEPISA. Os recursos captados, no montante de R\$ 400.000, dividido em 400.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1, com prazo de

vencimento de 03 anos contados da data de emissão, sendo o valor unitário acrescido de juros remuneratórios correspondentes a 109,75% da variação acumulada da taxa DI. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo das debêntures é R\$ 400.324 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017).

## **EQUATORIAL TRANSMISSÃO 7 SPE**

### **Primeira emissão de debêntures**

Em 02 de maio de 2018, a Controlada da Equatorial Transmissão, a Transmissora SPE 07, realizou-se a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única. Os recursos captados, no montante de R\$ 185.000, com prazo de vencimento em novembro de 2019, com taxa contratada de 114,60% do CDI. Os recursos serão totalmente destinados a investimentos em projeto de linha de transmissão. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo das debêntures é R\$ 192.944 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017).

## **INTESA**

### **Primeira emissão de debêntures**

Em 28 de novembro de 2018, realizou-se a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da INTESA. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000, dividido em 200.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1, com prazo de vencimento de 03 anos contados da data de emissão, sendo o valor unitário acrescido de juros remuneratórios correspondentes a 109,75% da variação acumulada da taxa DI. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo das debêntures é R\$ 400.324 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017).

### *Cronograma de amortização da dívida Controladora*

	<b>31/12/2018</b>		<b>31/12/2017</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Vencimento				
Circulante	14.112	1%	3.269	0%
2022	695.500	55%	695.000	87%
2023	54.429	4%	52.597	7%
Após 2023	502.808	40%	52.598	6%
Não circulante	1.252.737	99%	800.195	100%
Custo de captação (Não circulante)	(4.406)	0%	-	0%
Total não circulante	1.248.331	99%	800.195	100%
Total	1.262.443	100%	803.464	100%

### *Cronograma de amortização da dívida Consolidada*

	<b>31/12/2018</b>		<b>31/12/2017</b>	
Vencimento	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Circulante	505.464	11%	213.812	7%
2019	-	0%	703.849	23%
2020	141.331	3%	134.690	4%
2021	778.636	17%	364.758	12%
2022	1.227.033	26%	-	-
2023	1.380.134	30%	-	-
Após 2023	664.836	14%	1.607.746	55%
Não circulante	4.191.970	90%	2.811.043	94%
Custo de captação (Não circulante)	(21.085)	0%	(17.857)	(1%)
Total não circulante	4.170.885	89%	2.793.186	96%
Total	4.676.349	100%	3.006.998	100%

### *Covenants*

As debêntures contratadas possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografária), cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas CEMAR, CELPA, CEPISA, INTESA e a Transmissora SPE 07 mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

### *Controladora*

<b>Covenants debêntures</b>	<b>2ª debêntures</b>	<b>3ª debêntures</b>
1º Dívida Líquida/EBITDA ajustado: <=4,0	2,6	2,6

### **CEMAR**

<b>Covenants debêntures</b>	<b>4ª debêntures</b>	<b>6ª debêntures (a)</b>	<b>7ª debêntures</b>	<b>8ª debêntures</b>
1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,25	0,9	0,9	0,9	0,9
2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5	31,6	N/A	31,6	31,6

### **CELPA**

<b>Covenants debêntures</b>	<b>1ª debêntures</b>	<b>2ª debêntures</b>
1º Dívida líquida/EBITDA: <3,5	2,7	2,7
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2	4,3	4,3
<b>Covenants debêntures</b>	<b>3ª debêntures</b>	<b>4ª debêntures</b>
1º Dívida líquida/EBITDA: <3,5	2,5	2,5
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >=1,5	4,6	4,6
<b>Covenants debêntures</b>	<b>5ª debêntures</b>	
1º Dívida líquida/EBITDA: < 4	2,5	

## **CEPISA**

### **Covenants debêntures**

1º Dívida líquida/EBITDA: <4,0

### **1ª debêntures**

2,6

## **INTESA**

### **Covenants debêntures**

1º Dívida líquida/EBITDA: <4,5

### **1ª debêntures**

0,1

## **SPE 07**

### **Covenants debêntures**

1º Dívida líquida/EBITDA: <4,0

### **1ª debêntures**

2,6

## **19 Impostos e contribuições a recolher**

### **19.1 Impostos e contribuições a recolher**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Circulante				
ICMS	5	-	421.352	388.195
ICMS parcelamento	-	-	3.058	2.900
Parcelamento Federal PRT	2.338	2.530	19.704	2.549
PIS e COFINS	223	806	74.219	44.473
PIS e COFINS parcelamento	-	-	18.864	-
Encargos sociais e outros	199	513	31.951	22.049
ISS	4	2	31.991	16.546
Total	<u>2.769</u>	<u>3.851</u>	<u>601.139</u>	<u>476.712</u>
Não circulante				
FGTS parcelamento	-	-	2.948	-
PIS e COFINS parcelamento	-	-	56.026	-
ICMS parcelamento	-	-	35.418	36.489
ISS	-	-	2.713	1.747
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>97.105</u>	<u>38.236</u>

## 19.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRRF	35	2.229	5.445	3.950
Provisão de IRPJ/CSLL	3.214	3.214	99.922	19.434
Provisão de IRPJ/CSLL Antecipação	3.214	3.214	140.904 (53.071)	19.434
Total	3.249	5.443	105.367	23.384

## 20 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

### 20.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

#### (i) Composição dos tributos diferidos consolidado

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
IRPJ prejuízos fiscais (a)	-	169.535
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	-	(94.081)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação (b)	-	(67.053)
IRPJ e CSLL aquisição CELPA	-	-
Total tributos diferidos ativo	-	8.401
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Passivo</b>		
IRPJ prejuízos fiscais (a)	226.833	130.498
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (ii)	(707.211)	(363.151)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação (b)	(57.579)	-
IRPJ e CSLL aquisição CELPA (iii)	48.151	47.951
Total tributos diferido passivo	(489.806)	(184.702)

- (a) Os créditos de prejuízos fiscais são provenientes das controladas CEMAR e CELPA sendo R\$ 71.969 e R\$ 154.864, respectivamente. Em 2017, os créditos de prejuízos da controlada CEMAR eram R\$ 130.498 e CELPA R\$ 169.498.
- (b) Em 31 de dezembro de 2018 a CELPA apresentava impostos diferidos sobre Reserva de Reavaliação no montante de R\$ 57.579 (R\$ 67.053 em 31 de dezembro de 2017), cuja redução justifica-se pela realização contínua da Reserva de Reavaliação conforme Lei 11.638/2007.

**(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias consolidado**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativo</b>		
Provisão para contingências	-	40.679
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	108.176
Provisão para participação nos lucros	-	10.725
Depreciação acelerada	-	(94.571)
Provisão fundo de pensão	-	14.693
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	-	(189.698)
SWAP	-	(9.783)
Outras despesas não dedutíveis	-	25.698
	<hr/>	<hr/>
Total	-	(94.081)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Passivo</b>		
Provisão para contingências	78.003	31.235
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	175.903	37.894
Provisão para participação nos lucros	13.601	-
Tributos com exigibilidade suspensa	-	9.606
Depreciação acelerada	(554.313)	(397.170)
Provisão fundo de pensão	14.872	-
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(576.849)	(42.722)
SWAP	(43.362)	2.934
Outras despesas não dedutíveis (a)	184.934	(4.928)
	<hr/>	<hr/>
Total	(707.211)	(363.151)

- (a) A controlada Equatorial Transmissão possui R\$ 199.300 decorrente das receitas e despesas atreladas à concessão, conforme aplicação do CPC 47.

**(iii) Composição dos impostos e contribuições a recolher diferidos**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Passivo</b>		
PIS diferido sobre a receita de construção (a)	(63.088)	(2.494)
COFINS diferido sobre a receita de construção (a)	(92.839)	(11.482)
Outros impostos diferidos	(12.991)	-
	<hr/>	<hr/>
Total tributos diferido passivo	(168.918)	(13.976)

- (a) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que as controladas EQTT e INTESA receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão. Em 2018, as controladas apresentavam, respectivamente, R\$ 100.960 e R\$ 54.967. Em 2017, o diferimento de PIS e COFINS da controlada EQTT era R\$ 13.976.

(iv) **Composição do IRPJ e CSLL aquisição CELPA**

	2018	2017
Intangível - mais-valia concessão	(29.845)	(33.322)
Baixa de ativo imobilizado	28.143	31.421
Contingências possíveis	40.703	40.703
Outras contas a pagar - PLPT	9.150	9.149
Total	48.151	47.951

**20.2 Expectativa de recuperação**

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, oriundos das controladas CEMAR e CELPA, possa ser feita até 2021, conforme demonstrado a seguir:

Expectativa de realização CEMAR	2019	2020	Total
Impostos diferidos	51.190	20.779	71.969

A controlada CEMAR realizou R\$ 58.530 imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.046 em 31 de dezembro de 2017), pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada cuja vigência do benefício foi até o exercício de 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2027. A expectativa é de utilização destes créditos a partir do exercício de 2019.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019.

Expectativa de realização CELPA	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	45.360	76.249	33.255	154.864

A controlada CELPA não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.046 em 31 de dezembro de 2017), pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada, cuja a vigência do benefício foi até o exercício de 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021. A expectativa é de atualização destes créditos a partir do exercício de 2019.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pelas controladas CEMAR e CELPA, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019.

## 20.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado consolidado, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, está demonstrada conforme a seguir:

### Controladora

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	917.935	917.935	997.343	997.343
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	229.484	82.614	249.336	89.761
Adições:				
Provisão para participação nos lucros	2.338	842		
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	20.393	7.341	12.039	4.334
Multas e penalidades por infrações	2	1		
Outras provisões	767	276	7.138	2.569
	23.500	8.460	19.177	6.903
Exclusões:				
Custo de captação e atualização do ativo financeiro			-	-
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(309.921)	(111.571)	(253.098)	(91.115)
Outras provisões	(121)	(43)	(13.056)	(4.694)
	(310.042)	(111.615)	(266.154)	(95.809)
IRPJ e CSLL	(57.058)	(20.541)	2.359	855
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	2.359	855
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	0%	0%	0%	0%
Ativo/Passivo fiscal diferido	-	-	(3.134)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	(775)	855
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	0%	0%	0%	0%



## Consolidado

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	1.295.549	1.295.549	1.241.116	1.241.116
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	323.887	116.599	310.279	111.700
Adições:				
Provisão para contingências	178.779	64.360	52.718	18.978
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	324.708	116.894	257.603	92.737
Ajuste a valor presente	13.564	4.883	13.870	4.993
Variação de SWAP	16.253	5.851	20.085	7.231
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	6.967	2.508	7.282	2.622
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	6.028	2.170	8.354	3.008
Provisão para fundo de pensão	10.935	3.937	10.804	3.889
Provisão para participação nos lucros	12.338	4.442	7.886	2.839
Multas e penalidades por infrações	13.282	4.782	-	-
Perdas não técnicas	33.701	12.132	-	-
Provisão para recuperação de ativos	4.254	1.531	4.254	1.531
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	26.588	9.571	24.071	8.666
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	20.393	7.341	12.039	4.334
Outras provisões	421.402	162.940	31.945	11.643
	<u>1.089.192</u>	<u>403.342</u>	<u>450.911</u>	<u>162.471</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(138.354)	(49.807)	(61.146)	(22.012)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(229.690)	(82.688)	(238.950)	(86.022)
Provisão para crédito de liquidação Duvidosa	(33.668)	(12.120)	-	-
Ajuste a valor presente	(168.733)	(60.744)	(6.367)	(2.292)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética e M.M.M	(4.004)	(1.441)	-	(681)
Variação de SWAP	(40.943)	(14.739)	(34.788)	(12.524)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(8.354)	(3.008)	(9.725)	(3.501)
Provisão para fundo de pensão	(10.804)	(3.889)	(9.603)	(3.457)
Provisão para participação nos lucros	(10.331)	(3.719)	(7.992)	(2.877)
Provisão para recuperação de ativos	(4.254)	(1.531)	(531)	(191)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(220.845)	(79.477)	(47.191)	(16.989)
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(87.931)	(42.861)	(20.429)	(6.451)
Depreciação acelerada	(62.200)	-	(97.409)	-
Outras provisões	(79.911)	(29.314)	(32.743)	(11.996)
	<u>(1.100.022)</u>	<u>(385.339)</u>	<u>(566.874)</u>	<u>(168.993)</u>
IRPJ e CSLL	<u>313.057</u>	<u>134.602</u>	<u>194.316</u>	<u>105.178</u>
Compensação base negativa de CSLL	(55.685)	(13.157)	-	(12.149)
Incentivo PAT	(4.146)	-	(3.994)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(62)	-	(115)	-
Despesa IRPJ anos anteriores	-	25	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>253.164</u>	<u>121.470</u>	<u>190.207</u>	<u>93.029</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	20%	9%	15%	7%
Ativo/Passivo fiscal diferido	(48.088)	36.741	(19.619)	(56.409)
(+) IRPJ subvenção governamental	(228.798)	-	(171.175)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>(23.722)</u>	<u>158.211</u>	<u>(587)</u>	<u>36.620</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>-2%</u>	<u>12%</u>	<u>0%</u>	<u>3%</u>

## CEMAR

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 173.552 (R\$ 129.010 em 31 de dezembro de 2017).

## CELPA

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro de exploração foi de R\$ 95.964 (R\$ 74.417 em 31 de dezembro de 2017).

## 21 Dividendos (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	917.935	997.263
(-) Reserva legal	(45.897)	(49.863)
(-) Reserva lucros a realizar	(109.659)	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>762.379</b>	<b>947.400</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	190.595	236.849
Dividendos mínimos (exceto juros sobre capital próprio)	-	217.181
Dividendos adicionais propostos	-	1.643
Juros sobre capital próprio	-	21.861
Dividendos propostos	190.595	240.685

Os dividendos propostos para o exercício de 2018 incluem juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0 (R\$ 21.861 em 31 de dezembro de 2017).

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Valor por ação (lote de unidades de reais)		
	Proventos	Valor	ON
<b>31/12/2018</b>			
Reunião do Conselho de Administração de 29 de março de 2019	Dividendos	190.595	0,96
<b>31/12/2017</b>			
Reunião do Conselho de Administração de 08 de março de 2018	Dividendos	240.685	1,21

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	169.288
Dividendos adicionais 2016	1.721
Pagamento de dividendos	(120.773)
Juros sobre capital próprio	(50.058)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(2.193)
Juros sobre capital próprio de 2017	21.861
Dividendos propostos de 2017	214.988
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>234.834</b>
Dividendos adicionais 2017	3.835
Pagamento de dividendos	(238.563)
Dividendos propostos de 2018	190.595
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>190.701</b>

## 22 Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética

O contrato de concessão estabelece a obrigação das controladas CEMAR, CELPA, CEPISA e INTESA de aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. Em contra partida aos lançamentos efetuados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado como dedução da receita operacional.

A Companhia utiliza a taxa SELIC para efetuar a atualização dos saldos acumulados não aplicados de curto e longo prazo, conforme determina o manual da ANEEL.

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL <sup>2</sup>	2018	2017
Programa de efficientização energética	0,40%	184.902	138.341
Pesquisa e desenvolvimento	0,20%	136.218	99.448
FNDCT	0,20%	1.032	932
MME	0,10%	742	483
PROCEL	0,10%	16.453	5.758
Total		<u>339.347</u>	<u>244.962</u>
Circulante		151.271	88.588
Não circulante		188.076	156.374

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

## 23 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e diversos outros indicadores<sup>3</sup> operacionais e financeiros de suas controladas e da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, executivos e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo provisionado de participação nos lucros na Companhia é de R\$ 15.824 (R\$ 13.621 em 31 de dezembro de 2017) e o saldo provisionado juntamente com suas controladas é de R\$ 84.292 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 80.578 em 31 de dezembro de 2017).

<sup>2</sup> A Receita Operacional Líquida – ROL utilizada refere-se à regulatória.

<sup>3</sup> Principais indicadores: Perdas, DEC, FEC, Multas, Pesquisa de Clima, Satisfação de Clientes (ISQP) e Fluxo de Caixa.

## 24 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - CELPA

Em 1º de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou com fundamento no que dispõem os artigos 61 e 63 da Lei nº 11.102/05 e diante da manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público por encerrada a recuperação judicial da Companhia, contudo continuam valendo as condições especiais para as dívidas pactuadas quando da recuperação judicial. Essas obrigações encerram quando forem integralmente liquidadas. Esta decisão está plenamente válida, apesar de não ter transitado em julgado ainda.

### 24.1 Composição da dívida

	2018	2017
Circulante		
Credores operacionais (a)	-	18.354
Encargos setoriais	-	2.914
Credores financeiros (b)	17.116	1.150
(-) Ajuste a valor presente (c)	-	(13.874)
Total	<u>17.116</u>	<u>8.544</u>
Não circulante		
Credores operacionais	42.540	45.217
Intragrupos	82.490	77.875
Credores financeiros (b)	1.008.129	1.195.598
(-) Ajuste a valor presente (c)	<u>(318.905)</u>	<u>(353.167)</u>
Total	<u>814.254</u>	<u>965.523</u>
Total	<u><u>831.370</u></u>	<u><u>974.067</u></u>

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da controla CELPA, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA;
- (b) É o grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, Bonds e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis. Em 16 de fevereiro de 2018, houve a liquidação antecipada do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no montante de R\$193.382; e
- (c) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é composto por: R\$ 281.208 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.875 de credores operacionais, R\$ 23.822 de intragrupos (Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 367.041, sendo R\$ 327.833 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.874 de credores operacionais e R\$ 25.334 de intragrupos).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	17.116	2%	8.544	1%
2021	81.039	10%	-	0%
2022	8.843	1%	107.255	11%
2023	8.106	1%	37.353	4%
Após 2023	1.035.171	124%	1.174.082	121%
Subtotal	1.133.159	136%	1.318.690	135%
( - ) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(318.905)	-38%	(353.167)	(36%)
Não circulante	814.254	98%	965.523	99%
Total geral	831.370	100%	974.067	100%

## 24.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2017	Reclassificação RJ	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2018
Credores operacionais	49.697	82	-	-	(21.114)	-	28.665
Encargos setoriais	2.915	-	-	8	(2.923)	-	-
Intragrupo	52.540	-	4.615	-	-	1.512	58.667
Credores financeiros	868.915	-	52.599	11.854	(235.954)	46.624	744.038
Total	974.067	82	57.214	11.862	(259.991)	48.136	831.370

## 25 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Consolidado)

As controladas CEMAR, CELPA e CEPISA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração das Controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2018		2017	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	316.520	55.008	133.913	87.967
Fiscais	42.871	37.854	27.681	27.469
Trabalhistas	175.042	59.412	42.169	41.375
Regulatórias	8.946	-	8.377	-
PPA CELPA (b)	266.903	-	266.903	-
<b>Total</b>	<b>810.282</b>	<b>152.274</b>	<b>479.043</b>	<b>156.811</b>
Circulante	47.236	4.068	53.954	15.245
Não circulante	763.046	148.206	425.089	141.566

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 982 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial da controlada CELPA. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional; e
- (b) O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas da controlada CELPA foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um saldo no montante de R\$ 266.903 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 266.903 em 31 de dezembro de 2017).

### Movimentação dos processos no exercício (Consolidado)

	31/12/2017	2018					
	Saldo	Aquisição (4)	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo
Cíveis	133.913	71.094	184.468	(141.847)	(97.902)	166.794	316.520
Fiscais	27.681	28	14.940	(36)	(5)	263	42.871
Trabalhistas	42.169	125.147	24.364	(14.635)	(76.039)	74.036	175.042
Regulatórias	8.377	-	-	-	-	569	8.946
PPA CELPA (a)	266.903	-	-	-	-	-	266.903
<b>Total</b>	<b>479.043</b>	<b>196.269</b>	<b>223.772</b>	<b>(156.518)</b>	<b>(173.946)</b>	<b>241.662</b>	<b>810.282</b>

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- (2) Reversões realizadas no exercício;
- (3) Atualizações monetárias; e
- (4) Saldos provenientes do controle da distribuidora de energia do Piauí, CEPISA, em 17 de outubro de 2018. Ver detalhes na nota explicativas nº 2 - Entidades controladas e controladas em conjunto.
- (a) PPA CELPA - são provenientes de estimativa de valor do desembolso das causas possíveis de acordo com análises do departamento jurídico da controlada CELPA;
- (b) PPA CEPISA - são provenientes de estimativa de valor do desembolso das causas prováveis de acordo com análises do departamento jurídico da controlada CEPISA.

### **Cíveis**

As controladas CEMAR, CELPA e CEPISA figuram como rés em 44.659 processos cíveis em 31 de dezembro de 2018 (27.654 processos em 31 de dezembro de 2017), sendo que 28.609 tramitam em Juizados Especiais (19.846 processos em 31 de dezembro de 2017), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2018 é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR, CELPA e CEPISA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 1.313.695 (R\$ 396.973 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foram constituídas provisões.

<b>Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Falha no Fornecimento	29.544	23.084
Morte por Eletroplessão	37.064	15.705
Cobrança indevida	71.310	19.010
Fraude Questionada	20.945	18.415
Corte Indevido	7.642	5.938
Acidente com Terceiros	30.314	8.713
Falha no Atendimento	68.852	3.434
Quebra de Contrato	24.904	2.795
Incêndio	1.947	1.766
Portaria do DNAEE	225	139
Outras	23.773	34.914
<b>Total</b>	<b>316.520</b>	<b>133.913</b>
<b>Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Falha no Fornecimento	153.387	28.731
Morte por Eletroplessão	10.512	9.495
Acidente com Terceiros	25.833	3.683
Quebra de Contrato	297.062	244.424
Incêndio	27.880	170
Portaria do DNAEE	10.225	0
Cobrança indevida	137.652	2.602
Fraude Questionada	148.844	511
Corte Indevido	48.667	311
Falha no Atendimento	159.620	281
Outras	293.283	106.765
<b>Total</b>	<b>1.313.695</b>	<b>396.973</b>

### **Fiscais**

As controladas CEMAR, CELPA e CEPISA figuram como rés em 316 processos fiscais 31 de dezembro de 2018 (217 processos em 31 de dezembro de 2017), nenhum avaliado com possibilidade de perda provável.

Em 01 de abril de 2015 entrou em vigor o decreto n. 8.426/2015 que restabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Controlada CEMAR entende que esse decreto não somente cometeu violação clara ao princípio da legalidade em matéria tributária, mas também ao princípio da não cumulatividade e ao disposto no art. 195, § 9º e 12, da Constituição Federal. Diante disso a Companhia optou por provisionar e depositar em juízo os valores apurados, no montante de R\$ 32.800 (R\$ 27.228 em 31 de dezembro de 2017).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR, CELPA e CEPISA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 84.386 (R\$ 46.132 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foram constituídas provisões.

<b>Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
ICMS	4	-
PIS/COFINS	42.777	27.601
Outras	90	80
Total	<u>42.871</u>	<u>27.681</u>
<b>Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Exigibilidade Suspensa	28.208	28.208
ISS	373	384
ICMS	16.735	16.432
Repasse PIS/COFINS na Fatura	793	222
CIP	252	714
TIP	100	100
Outras	37.925	72
Total	<u>84.386</u>	<u>46.132</u>

### **Trabalhistas**

Atualmente, o passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2018 das Controladas CEMAR, CELPA e CEPISA é composto por 4.631 reclamações ajuizadas (1.698 processos em 31 de dezembro de 2017) por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.



Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR, CELPA e CEPISA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 192.387 (R\$ 68.581 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foram constituídas provisões.

<b>Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Hora extra	17.040	8.841
Responsabilidade subsidiária	46.584	12.375
Acidente de trabalho	17.419	4.342
Doença ocupacional/profissional	2.885	1.960
Reintegração no emprego	4.928	3.999
Estabilidade provisória	1.467	442
Periculosidade	1.573	374
Danos morais	3.970	2.829
Outras	79.176	7.007
<b>Total</b>	<b>175.042</b>	<b>42.169</b>

<b>Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Hora extra	2.519	545
Responsabilidade subsidiária	90.431	50.609
Acidente de trabalho	14.961	1.226
Doença ocupacional/profissional	1.873	708
Reintegração no emprego	430	430
Periculosidade	595	20
Danos morais	1.913	1.878
Outras	79.667	13.165
<b>Total</b>	<b>192.389</b>	<b>68.581</b>

### **Regulatórias**

O valor a ser provisionado nesse item corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra as controladas CEMAR, CELPA e CEPISA, provenientes de:

- Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CEEE, quando se tratarem de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica;
- Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), quando se tratarem de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico; e
- Sanções Administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

- Os valores de R\$ 5.729 e de, R\$ 3.217 correspondem às prováveis penalidades a serem aplicadas contra as controladas CEMAR e CELPA respectivamente, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

## **26 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores**

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas CEMAR e CEPISA, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a CEMAR constituiu um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 756.449, passivo de R\$ 580.587 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. O efeito líquido com impacto no resultado de R\$ 171.273 é segregado em R\$ 77.177 como deduções à receita bruta, e R\$ 98.685 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 4.589. A CEPISA constituiu um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 435.231, passivo de R\$ 418.741 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. O efeito líquido com impacto no resultado de R\$ 16.106 é segregado em R\$ 8.227 como deduções à receita bruta, e R\$ 8.263 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 384.

O ativo das controladas CEMAR e CEPISA contemplam créditos com a receita federal relativo ao período de 17 anos e 11 anos, respectivamente. E o passivo foi constituído considerando que as controladas CEMAR e CEPISA repassam aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL, em uma expectativa de prazo de aproximadamente 46 meses para a controlada CEMAR, e 54 meses para a controlada CEPISA.

	<b>CEMAR</b>	<b>CEPISA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Ativo</b>			
PIS/COFINS	756.449	435.231	1.191.680
<b>Passivo</b>			
PIS/COFINS consumidores a restituir	580.587	418.741	999.328
<b>Resultado</b>			
<b>(-) Deduções da receita</b>			
PIS/COFINS consumidores a restituir	77.177	8.227	85.404
<b>(+) Receita financeira</b>			
PIS/COFINS consumidores a restituir	98.685	8.263	106.948
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(4.589)	(384)	(4.973)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>171.273</b>	<b>16.106</b>	<b>187.379</b>

## 27 Outras contas a pagar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>				
Devolução a consumidores (a)	-	-	53.162	50.396
ANEEL - autos de infração	-	-	16.656	3.010
Convênios de arrecadação (b)	-	-	7.447	12.682
Encargos tarifários	-	-	13.812	17.207
Outras apropriações fornecedores (c)	-	-	3.631	15.647
Multas regulatórias	-	-	2.312	1.623
Cauções	-	-	19.077	12.448
Neutralidade PIS/COFINS	-	-	-	2.514
Aquisição CELPA (d)	-	-	60.000	60.000
Questionamentos tributários - CCC (e)	-	-	349.874	338.541
Acordo Prefeitura de Teresina (h)	-	-	32.700	-
Outras contas a pagar (f)	10.912	9.325	85.737	47.007
<b>Total circulante</b>	<b>10.912</b>	<b>9.325</b>	<b>644.408</b>	<b>561.075</b>
<b>Não circulante</b>				
ANEEL - autos de infração (g)	-	-	37.061	26.619
Desvalorização de investimentos permanentes	-	514	-	-
Acordo Prefeitura de Teresina (h)	-	-	44.260	-
Outras contas a pagar	16.450	16.450	48.316	40.415
<b>Total não circulante</b>	<b>16.450</b>	<b>16.964</b>	<b>129.637</b>	<b>67.034</b>
<b>Total</b>	<b>27.362</b>	<b>26.289</b>	<b>774.045</b>	<b>628.109</b>

- (a) Destina-se a créditos de consumidores das controladas CEMAR, CELPA e CEPISA referentes a devoluções diversas como créditos a pagar violação nível de tensão, pagamentos a maiores, valores faturadas a maiores, cobranças indevidas na fatura;
- (b) Refere-se a remuneração dos serviços prestados pelas controladas CEMAR e CELPA para o setor público referente a arrecadação de CIP - Contribuição de Iluminação Pública;
- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores e terceiros, por conta de execução de serviços técnicos, ou de alienações que as controladas CEMAR e CELPA irão realizar;
- (d) Refere-se a saldo a ser restituído referente ao Programa Luz Para Todos. O valor do ajuste foi estimado pela Administração da Empresa quando da aquisição da controlada CELPA;
- (e) Refere-se a questionamentos tributários da controlada CELPA a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo em 30 de junho de 2018 deve-se, basicamente, à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS. Existem valores a receber no qual seus recebimentos deverão ser finalizados após conclusão da fiscalização que está em curso;
- (f) Em 31 de dezembro de 2018 o montante é composto principalmente por: i) R\$ 76.040 é decorrente das provisões diversas da controlada CELPA, onde foi reconhecido valores não faturados, porém com existências de contratos, e reconhecimento de Acordo Bilateral SINOP no período de janeiro a dezembro de 2018; ii) R\$ 7.381 refere-se, principalmente, ao saldo a pagar referente ao direito de outorga (ato de consentir, dar, atribuir, transmitir, conceder, autorizar a outra pessoa a praticar atos em seu nome) das controladas indiretas SPE Equatorial Transmissoras.
- (g) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias da controlada CELPA inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

- (h) Referente ao acordo extrajudicial da controlada CEPISA firmado com o Município de Teresina-PI, objetivando por termo à ação judicial - Processo ° 0001536-70.2004.4.01.4000, no qual esta Companhia havia perdido em primeira e segunda instância no âmbito da Justiça Federal e, declararam e reconheceram as partes acordantes o montante de R\$ 94.470 a ser compensado, mensalmente, com as faturas de energia elétrica do citado município até a integral quitação do débito.

## **28 Patrimônio líquido**

### **28.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.375.354 (R\$ 2.227.021 em 31 de dezembro de 2017) e sua composição por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%
Squadra Investimentos	29.215.020	14,70%
Opportunity	19.526.839	9,82%
BlackRock	11.459.825	5,77%
Administradores	606.253	0,31%
Demais minoritários	137.961.780	69,40%
Total	198.769.717	100%

Não houve mudanças na quantidade de ações no período corrente em relação ao exercício anterior. Não há ações mantidas pela Companhia em tesouraria.

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000 (trezentos milhões) de ações, mediante a emissão de novas ações ordinárias. Dentro do limite de capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a sociedade sob seu controle, desde que esta não tenha o condão de possibilitar a alteração do controle da Companhia.

A Companhia é listada no segmento do Novo Mercado da B3, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

### **28.2 Reserva de capital**

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$ 60.780 (R\$ 59.150 em 31 de dezembro de 2017), referentes a opções outorgadas reconhecidas.

## **28.3 Reservas de lucros**

### **28.3.1 Reserva legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desta reserva R\$ 45.896 (R\$ 49.863 em 31 de dezembro de 2017).

### **28.3.2 Reserva para investimento e expansão**

Essa reserva destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desta reserva R\$ 2.944.000 (R\$ 2.471.104 em 31 de dezembro de 2017).

### **28.3.3 Reserva de lucros a realizar**

Esta reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício, sendo, todavia, optativa sua constituição. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é de R\$ 219.429 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017).

O efeito decorrente da adoção do CPC48/IFRS9 no patrimônio das controladas da Companhia e que não geram caixa foi no montante de R\$ 109.770.

### **28.3.4 Reserva de distribuição de dividendos adicionais**

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é de R\$ 889 (R\$ 3.835 em 31 de dezembro de 2017).

## **28.4 Excesso de reserva de lucros**

Em 7 de março de 2018 foi proposto pelo Conselho de Administração o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 147.863, mediante capitalização do saldo da reserva legal no valor de R\$ 49.863 e parte da reserva de investimento e expansão no valor de R\$ 98.000. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

## **29 Plano de opção de compra de ações**

### **Quarto plano de opções de ações**

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,0% (três por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (incluindo as ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Mais detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que o aprovou, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

### **Preço de exercício das opções**

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, no período de até 180 dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de Outorga e a data do exercício das Opções.

### **Beneficiários**

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano.

Em 21 de julho de 2014, o Comitê de Administração do Plano outorgou 4.225.000 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil) Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) por Opção.

### **Potencial de diluição**

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a 3%, no máximo.

### 30 Receita de vendas (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

<b>2018</b>			
	<b>Nº de consumidores (*)</b>	<b>MWh (*)</b>	<b>R\$</b>
Residencial	4.237.000	5.167.576	5.292.342
Industrial	14.599	862.928	590.540
Comercial	413.699	2.735.076	2.151.956
Rural	265.161	517.649	275.353
Poder público	59.404	1.005.176	771.437
Iluminação pública	2.201	959.253	448.083
Serviço público	15.556	623.466	274.244
Consumo próprio	694	27.768	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	309	1.873.718	708.393
Suprimento CCEE	-	-	634.888
Baixa renda	1.373.183	2.112.282	477.523
Subvenção CDE - Outros	-	-	338.251
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(71.373)
Receita de construção	-	-	2.165.614
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	463.648
Atualização do ativo financeiro	-	-	198.526
Receita de comercialização	-	-	414.522
Receita de operação e manutenção	-	-	31.642
Outros	-	-	276.534
<b>Total</b>	<b>6.381.806</b>	<b>15.884.892</b>	<b>15.442.123</b>

  

<b>2017</b>			
	<b>Nº de consumidores (*)</b>	<b>MWh (*)</b>	<b>R\$</b>
Residencial	2.946.087	5.086.812	4.796.684
Industrial	11.968	907.801	552.245
Comercial	335.654	2.716.361	2.023.654
Rural	222.966	458.008	232.814
Poder público	42.674	932.528	725.394
Iluminação pública	1.629	907.613	393.140
Serviço público	8.826	547.605	177.649
Consumo próprio	512	25.053	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	232	1.479.530	163.892
Suprimento CCEE	-	-	65.064
Baixa renda	1.458.939	1.908.948	379.619
Subvenção CDE - Outros	-	-	256.185
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(53.663)
Receita de construção	-	-	1.443.181
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	792.666
Atualização do ativo financeiro	-	-	89.250
Outras	-	-	594.755
<b>Total</b>	<b>5.029.487</b>	<b>14.970.259</b>	<b>12.632.529</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

### 31 Receita líquida de vendas (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	2018	2017
Fornecimento de energia elétrica	11.012.004	10.611.654
Receita de distribuição	9.780.300	8.911.074
Remuneração financeira WACC	429.805	316.462
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	463.648	792.666
Subvenção CDE - Outros	338.251	256.185
Suprimento de energia elétrica (b)	634.888	65.064
Receita pela disponibilidade - uso da rede	708.393	163.892
Receita de construção (c)	2.165.614	1.443.181
Atualização do ativo financeiro	198.526	87.408
Receita de comercialização	414.522	335.2674
Receita de Operação e Manutenção	31.642	-
Outras receitas	276.534	261.330
Receita operacional bruta	15.442.123	12.632.529
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(2.303.789)	(1.966.623)
PIS e COFINS	(1.096.951)	(967.187)
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	85.404	-
Encargos do consumidor	(99.753)	(75.349)
ISS	(10.683)	(2.382)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(676.960)	(541.793)
Penalidades DIF/FIC e outras	(57.633)	-
Outros	(29.131)	(7.775)
Deduções da receita operacional	(4.189.496)	(3.561.109)
Receita operacional líquida	11.252.627	9.071.420

- (a) Compreende os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de geração de energia elétrica, inclusive a geração própria. A redução se deu pela sobrecontratação de energia relacionada ao volume comercializado no mercado de curto prazo - MCP, bem como a diferença entre o preço médio de compra e o PLD liquidação. Adicionalmente, no trimestre de 2018 houve pagamento Energia de Reserva o que não aconteceu em 2017. Destaca-se como fatores que contribuíram para a redução nas constituições: o aumento da cobertura da CVA de Energia no reajuste de 2018, motivada pelo aumento do custo unitário da energia proveniente de fontes nova e alternativa, e dos Contratos de Cotas de Garantia Física, cujas novas receitas anuais de geração foram homologadas pela REH 2.421/2018 e as variações significativas ocorridas no PLD de venda que somado ao cenário atual, resultaram em uma constituição Passiva no financeiro de sobrecontratação, se comparado com exercício de 2017;
- (b) A variação refere-se às operações de venda de energia no MCP e do Preço de Liquidação das diferenças – PLD. Ressalta-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o PLD atingiu o patamar de R\$ 505,18 nos meses de julho e agosto de 2018, período em que se operacionalizou maior volume de venda no mercado no MCP (mercado de curto prazo); e
- (c) A receita de construção dos ativos da concessão sofreu um acréscimo em comparação com o período anterior em função da inclusão das oito novas empresas transmissoras do grupo e uma distribuidora.

<sup>4</sup> Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia realizou a abertura do saldo de Receita de Comercialização, antes apresentado na rubrica de Receita de Distribuição.



## 32 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2018				
	<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Despesas administrativas</b>	<b>Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber</b>	<b>Total</b>
Pessoal	177.215	56.716	252.568	-	486.499
Material	38.384	6.546	753	-	45.683
Serviços de terceiros	275.209	282.497	156.612	-	714.318
Energia elétrica comprada para revenda	4.804.907	-	-	-	4.804.907
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	648.991	-	-	-	648.991
Custo de construção	1.904.036	-	-	-	1.904.036
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	152.860	152.860
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	46.846	-	46.846
Amortização	361.737	-	74.430	-	436.167
Arrendamento e aluguéis	19.359	4.910	6.619	-	30.888
Subvenção CCC	104.992	-	-	-	104.992
Outros	2.078	21.000	(375.177) (b)	-	(352.099)
	<u>8.336.908</u>	<u>371.669</u>	<u>162.651</u>	<u>152.860</u>	<u>9.024.088</u>

Custos/despesas operacionais	2017				Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	
Pessoal	85.239	53.086	220.408	-	358.733
Material	18.565	3.508	3.341	-	25.414
Serviços de terceiros	191.326	265.827	206.937	-	664.090
Energia elétrica comprada para revenda	3.943.127	-	-	-	3.943.127
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	391.880	-	-	-	391.880
Custo de construção	1.429.206	-	-	-	1.429.206
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	268.333 <sup>5</sup>	268.333
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	37.021	-	37.021
Amortização	283.448	-	97.284	-	380.732
Arrendamento e aluguéis	17.351	4.775	4.670	-	26.796
Subvenção CCC	84.375	-	-	-	84.375
Outros	1.868	(12.268)	599	-	(9.801)
	<u>6.446.385</u>	<u>314.928</u>	<u>570.260</u>	<u>268.333</u>	<u>7.599.906</u>

<sup>5</sup> Para melhor forma de apresentação e comparação com o exercício atual, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentada em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em despesas comerciais. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 268.209 mil, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de 'despesas vendas' para 'perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

<b>2017</b>				
<b>Custos/despesas operacionais</b>	<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Despesas administrativas</b>	<b>Total</b>
Pessoal	85.239	53.086	220.408	358.733
Material	18.565	3.508	3.341	25.414
Serviços de terceiros	191.326	265.827	206.937	664.090
Energia elétrica comprada para revenda	3.943.127	-	-	3.943.127
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	391.880	-	-	391.880
Custo de construção	1.429.206	-	-	1.429.206
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	268.333	-	268.333
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	37.021	37.021
Amortização	283.448	-	97.284	380.732
Arrendamento e aluguéis	17.351	4.775	4.670	26.796
Subvenção CCC	84.375	-	-	84.375
Outros	1.868	(12.268)	599	(9.801)
<b>Total</b>	<b>6.446.385</b>	<b>583.261</b>	<b>570.260</b>	<b>7.599.906</b>

- (a) Adoção do CPC48/IFRS9 o saldo refere-se principalmente a receita, conforme demonstrado na nota explicativa 4.22.2; e
- (b) Valores decorrentes, principalmente, de reclassificação para resultado financeiro de atualizações de acordos extrajudiciais firmados com esta controlada CEPISA. Acordo com Águas e Esgotos do Piauí S/A – AGESPISA. E, ainda, na condição de interveniente anuente, o Estado do Piauí, objetivando por termo às Ações de Restituição de Valores ajuizadas pela AGESPISA (Processos nº 10147-81.2000.8.18.0140 e 11278-28.1999.8.18.0140) e Ação de Cobrança ajuizada por esta Companhia (Processo nº 03034-95.2008.8.18.0140) e três Ações de Execuções Fiscais movidas pelo Estado do Piauí, bem como a Prefeitura Municipal de Teresina.-PI, objetivando por termo à ação judicial - Processo nº 0001536-70.2004.4.01.4000, no qual a Companhia havia perdido em primeira e segunda instância no âmbito da Justiça Federal.

### 33 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	<b>GWh(*)</b>		<b>R\$</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Energia de leilão (a)	13.343	11.473	3.190.090	2.248.348
Contratos Eletronuclear	594	484	147.415	109.759
Contratos cotas de garantias	5.991	5.595	539.698	341.734
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	-	20.759	(107.221)
Energia bilateral	226	226	-	-
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	-	1.008.363	1.392.827
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	275	343	113.530	101.818
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	146	-	648.991	391.880
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(558.079)	(402.473)
Outros custos	-	-	343.131	258.335
<b>Total</b>	<b>20.575</b>	<b>18.121</b>	<b>5.453.898</b>	<b>4.335.007</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos de compra de energia, incluindo os de Eletronuclear e Cotas de Garantia Física no ambiente regulado, que tiveram um aumento no volume contratado de em média 5,14 % em relação ao exercício anterior. Além disso, o preço médio pago no exercício de 2018 aumentou em 30,8% em relação ao que foi pago no exercício de 2017, devido ao acionamento das térmicas, entre os meses de março a setembro, o que faz com que haja uma maior parcela variável de pagamento. Também houve um acréscimo de contratos novos que iniciaram o suprimento no exercício de 2018, cujo preço de aquisição de energia no leilão foi superior à média da carteira anterior, assim como a atualização das tarifas pelo IPCA dos contratos vigentes no mesmo mês do reajuste da Companhia, resultaram no aumento do custo com a Compra de Energia oriunda dos leilões;
- (b) Na Controlada CEMAR no exercício de 2017, a cobertura tarifária (RTA de agosto de 2016), para pagamentos do ESS até o mês de julho de 2017, foi superior a cobertura atual (RTP de 2017) de pagamento do referido encargo, ocasionando a criação de um passivo, quando o valor efetivamente pago seja inferior à cobertura tarifária. Na controlada CELPA no exercício de 2017, houve uma receita em virtude dos valores recebidos do resultado de Excedente Financeiro da Energia de Reserva nas liquidações CCEE e a baixa de demanda a pagar de energia de reserva. Em 2018, a controlada CELPA teve receita do Resultado Referente ao Excedente Financeiro da Energia de Reserva apenas em alguns meses do ano e de janeiro a março de 2018 realizou pagamento de R\$ 27 milhões referente ao encargo de energia de reserva;
- (c) A variação ocorrida na Energia de Curto Prazo - CCEE é em virtude das operações de compra de energia no MCP e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD ocorridas em 2017. Pois, devido ao nível de cobertura contratual, em 2018 aconteceu somente a operação de venda no mercado de curto prazo. Com isso, a despesa na energia comprada para revenda em 2017 (com operação de compra no MCP) é maior que no mesmo período de 2018; e
- (d) Contempla os custos com Encargos de Uso e Conexão do sistema de transmissão. Estes custos foram elevados em comparação com o exercício anterior, em decorrência das novas tarifas aprovadas por meio das Resoluções nº. 2.258 e 2.259 de 27 de junho de 2017, em virtude da inclusão de uma parcela referente a indenizações devidas as empresas de transmissão de energia. Estas indenizações referem-se a investimentos antigos, realizados antes do ano 2000, mas que ainda não haviam sido completamente amortizados respectivamente relacionadas à Rede Básica e Conexão, sendo incorporadas à Revisão Tarifária Periódica de 2017. Embora com o decréscimo de médio de -17% sentido na tarifa de pagamento devido a nova resolução RAP de nº 2.405 de 19 de junho de 2018, o saldo de despesa no exercício de 2018 foi maior que no exercício de 2017, em decorrência de que em todo o exercício de 2018 se pagou tarifas médias maiores que no exercício de 2017.

## 34 Resultado financeiro líquido

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas financeiras</b>					
Rendas financeiras	(a)	70.416	49.597	237.930	261.576
Valores a receber/devolver parcela A		-	-	1.068	56.561
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(b)	-	-	109.652	-
Acréscimo moratório de energia vendida		-	-	250.794	192.293
RF - Receita Financeiras Ativo de Contrato		-	-	-	-
Receita financeira de AVP		483	483	483	34.574
Variação monetária e cambial da dívida	(c)	-	-	102.858	30.040
Variação monetária e cambial da caução STN <sup>6</sup>		-	-	21.190	8.907
PIS/COFINS sobre receita financeira		(3.312)	(3.332)	(39.430)	(24.222)
Atualização sub-rogação CCC		-	-	1.092	1.018
Descontos obtidos		-	-	3	48
Juros ativos		-	21.261	8.202	11
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(d)	-	-	106.948	-
Outras receitas financeiras (f)		800	2	101.204	11.139
<b>Total de receitas financeiras</b>		<b>68.387</b>	<b>68.011</b>	<b>901.994</b>	<b>571.945</b>
<b>Despesas financeiras</b>					
Valores a receber/devolver parcela A		-	-	(51.947)	(42.877)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(b)	-	-	(33.164)	(48.575)
Variação monetária e cambial da dívida	(c)	(4.142)	(195)	(310.658)	(126.745)
Variação monetária e cambial da Caução STN		-	-	(13.414)	(5.609)
Encargos da dívida	(e)	(101.664)	(3.719)	(631.815)	(375.649)
Atualização de eficiência e contingências		-	-	(245.558)	(17.776)
Multas regulatórias		-	-	(301)	938
Despesa financeira de AVP		-	-	(54.517)	(55.563)
Encargos com partes relacionadas		-	-	(549)	-
Juros, multas s/ operação de energia		-	-	(1.658)	(631)
Juros passivos		-	-	(299.212)	(51.334)
Descontos concedidos		-	-	(15.754)	(6.821)
Encargos sobre déficit atuarial		-	-	(7.618)	-
Outras despesas financeiras		(2.806)	(7.034)	(18.413)	(10.519)
<b>Total de despesas financeiras</b>		<b>(108.612)</b>	<b>(10.948)</b>	<b>(1.684.578)</b>	<b>(741.161)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(40.225)</b>	<b>57.063</b>	<b>(782.584)</b>	<b>(169.216)</b>

- (a) No exercício findo de 31 de dezembro de 2018 houve uma redução da taxa CDI em 0,69% no exercício, passando de uma rentabilidade de 9,93% no exercício findo de 31 de dezembro de 2017 para 6,42 no exercício findo de 31 de dezembro de 2018;
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de *swap*, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2018 o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando receita em 2018 com o aumento do dólar em 17,13%, saindo de R\$ 3,31 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3,87 em 31 de dezembro de 2018, contra uma despesa em 2017 com ténue elevação do dólar em 1,50% saindo de R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,31 em 31 de dezembro de 2018;
- (c) Efeito gerado pelo crescimento da dívida bruta em moeda estrangeira de R\$ 390.000 e em moeda nacional de R\$ 1.000.000, crescimento da inflação (IGP-M) e avanço do dólar de 17,13% em 2018, ante a uma retração do Dólar de 1,50% no mesmo exercício de 2017;

<sup>6</sup> Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores de “Variação monetária e cambial da caução STN” que estavam na rubrica “Variação monetária e cambial da dívida”.

- (d) Vide nota explicativa nº 27;
- (e) A variação é decorrente do aumento da dívida bruta de R\$ 1.113.911 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.096.609 em 31 de dezembro de 2018, decorrente de novas captações; e
- (f) A conta é composta, principalmente, do resultado financeiro decorrente da receita do RGR na Controlada Cepisa no montante de R\$ 85.912.

### 35 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	917.935	997.263
Denominador		
1. Total de ações no cálculo do LPA básico	198.770	198.743
2. Total de ações no cálculo do LPA diluído (a)	199.548	199.874
	<hr/>	<hr/>
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	4,61808	5,01784
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	<u>4,57580</u>	<u>4,98956</u>
	<hr/>	<hr/>
	2018	2017
(i) Fator de diluição (a)		
3. Quantidade de Ações no Plano	4.225	4.225
4. Quantidade de ações exercidas	278	278
5. Anos exercíveis	4	4
6. Exercíveis atual	4	3
	<hr/>	<hr/>
LPA diluído (1+(3/4)-6))	<u>199,548</u>	<u>199,874</u>

- (a) Decorre do Plano de Opções de Compra de Ações (vide nota explicativa nº 29).

### 36 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

#### CEMAR

##### Características do plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da EQTPREV - Fundação Equatorial de Previdência Complementar e patrocinados pela CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária. Em junho de 2018, após alinhamento do grupo patrocinador Equatorial Energia houve alteração do nome FASCEMAR para EQTPREV.

A EQTPREV foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece o benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício desde abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esse valor corresponde a R\$ 2.816 (R\$ 2.673 em 31 de dezembro de 2017).

## **CELPA**

### ***Características do plano de aposentadoria***

A CELPA é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A CELPA possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da CELPA e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A CELPA mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica “Plano de aposentadoria e pensão”.

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para 3 (três) planos de benefícios: Plano EQUATORIAL BD, CELPA OP e CELPA R, uma contribuição normal participante e o que cabe a parte patrocinadora é o valor de 10% da contribuição recolhida do participante que pertença ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esse valor corresponde a R\$ 4.271 (R\$ 4.079 em 31 de dezembro de 2017).

## **CEPISA**

### ***Características do plano de aposentadoria***

A Companhia é patrocinadora da FACEPI - Fundação CEPISA de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários da Companhia, sua patrocinadora.

A CEPISA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para o plano CD, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esse valor corresponde a R\$ 2.655 (R\$ 2.682 em 31 de dezembro de 2017).

## **37 Instrumentos financeiros**

### **37.1 Considerações gerais**

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado<sup>7</sup> (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

### **37.2 Política de utilização de derivativos**

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia, através de suas controladas, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados como hedge para suas dívidas em moeda estrangeira.

### **37.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão identificados conforme a seguir:

---

<sup>7</sup> O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.



### Controladora

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	2018		2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	27.574	27.574	56.503	56.503
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	Valor justo por meio do resultado	690.572	690.572	1.191.335	1.191.335
Total do ativo		<u>718.146</u>	<u>718.146</u>	<u>1.247.838</u>	<u>1.247.838</u>

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	2018		2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	993	993	1.178	1.178
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	834.166	834.425	310.447	310.447
Debêntures	Custo amortizado	1.262.443	1.298.449	803.464	816.486
Total do passivo		<u>2.097.602</u>	<u>2.133.867</u>	<u>1.115.089</u>	<u>1.128.111</u>

### Consolidado

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	2018		2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	556.150	556.150	565.164	565.164
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	Valor justo por meio do resultado	4.187.840	4.187.840	3.607.310	3.607.310
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado	-	-	919	919
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	3.906.072	3.906.072	3.052.909	3.052.909
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	142.451	142.451	48.720	48.720
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	Valor justo por meio do resultado	9.056	9.056	8.466	8.466
Ativo financeiro da concessão - Transmissão <sup>8</sup>	Custo amortizado	597.946	597.946	152.919	152.919
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras <sup>7</sup>	Valor justo por meio do resultado	3.794.951	3.794.951	3.071.703	3.071.703
Ativo contratuais	Custo amortizado	2.290.132	2.290.132	-	-
Total do ativo		<u>15.484.598</u>	<u>15.484.598</u>	<u>10.508.110</u>	<u>10.508.110</u>

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	2018		2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	1.553.025	1.553.025	1.185.038	1.185.038
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	6.859.831	7.501.148	3.963.243	3.978.750
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	14.915	14.915	19.946	19.946
Valores a pagar da recuperação judicial	Custo amortizado	831.370	831.370	974.067	986.203
Debêntures	Custo amortizado	4.676.349	4.787.503	3.006.998	3.080.650
Total do passivo		<u>13.935.490</u>	<u>14.687.961</u>	<u>9.149.292</u>	<u>9.250.587</u>

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado. O saldo de caixa e bancos tem nível 1 na hierarquia de valor justo, enquanto o saldo de aplicação financeira, considerada como caixa e equivalente, tem nível 2 na hierarquia de valor justo.

<sup>8</sup> Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia segregou os valores do Ativo Financeiro da Concessão em duas linhas "Transmissão" e "Distribuidoras".

- **Investimentos de curto prazo e Fundo de investimento** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão Distribuição** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão Transmissão** - são classificados como custo amortizado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativos contratuais** - direito da entidade à contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, classificados como custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e suas controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada CELPA que são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

#### **37.4 Instrumentos financeiros derivativos**

A CELPA possui *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento em 19 de abril de 2021. Em 31 de dezembro de 2018, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 1.069.521 (em 31 de dezembro de 2017, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 582.701).

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, que podem ser assim resumidos:

## **CELPA**

<b>Operações passivas</b>		<b>Valor justo</b>	
<b>Objetivo de hedge de risco de mercado</b>	<b>Indexadores</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Citibank-542 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 1,39% a.a.	697.727	599.963
Ponta passiva	117,25% do CDI	(561.217)	(571.189)
Total		136.510	28.774
<b>Operações passivas</b>		<b>Valor justo</b>	
<b>Objetivo de hedge de risco de mercado</b>	<b>Indexadores</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Citibank - 390 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,84% a.a.	395.038	-
Ponta passiva	111,8% do CDI	(404.012)	-
Total		(8.974)	-
Líquido Não circulante		142.451	48.720
Líquido Circulante		(14.915)	(19.946)
Total		127.536	28.774

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

### **37.5 Gerenciamento dos riscos financeiros**

Os Conselhos de Administração da Companhia e suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos

quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017.

**(i) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. A Administração acompanha as situações em aberto e, para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia e suas controladas utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto.

Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia e suas controladas seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia e suas controladas possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida.

***Contas a receber***

A exposição das controladas da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista a atividade da Companhia, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes.

As controladas da Companhia limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu restabelecimento somente ocorre após regularização do débito.

A Companhia e suas controladas não exigem garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

A carteira de clientes das controladas da Companhia está representada da seguinte forma:

	<b>%</b>	
<b>Classe consumidora (CEMA, CELPA e CEPISA)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Residencial	57,25%	60,39%
Industrial	5,20%	6,29%
Comercial	13,96%	14,61%
Rural	3,80%	3,67%
Poder público	11,64%	9,22%
Iluminação pública	3,26%	2,35%
Serviço público	4,89%	3,46%
Total	100%	100%

As controladas da Companhia do segmento de distribuição registraram uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 6.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o exercício.

A exposição do contas a receber das transmissoras a risco de crédito é muito baixa, isso se dá pois o arcabouço regulatório de transmissão foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

### *Distribuição*

<b>2018</b>					
<b>Classe consumidora</b>	<b>Consumidores faturados</b>	<b>Consumidores não faturados</b>	<b>Parcelamentos</b>	<b>Baixa renda e viva luz</b>	<b>Total</b>
Residencial	947.098	225.580	1.210.252	83.955	2.466.885
Industrial	150.652	12.136	61.274	-	224.062
Comercial	339.192	69.714	192.610	-	601.516
Rural	86.205	13.720	63.934	-	163.859
Poder público	171.854	36.044	293.898	-	501.796
Iluminação pública	53.308	445	86.776	-	140.529
Serviço público	113.108	16.048	81.510	-	210.666
<b>Total</b>	<b>1.861.417</b>	<b>373.687</b>	<b>1.990.254</b>	<b>83.955</b>	<b>4.309.313</b>

  

<b>2017</b>					
<b>Classe consumidora</b>	<b>Consumidores faturados</b>	<b>Consumidores não faturados</b>	<b>Parcelamentos</b>	<b>Baixa renda e viva luz</b>	<b>Total</b>
Residencial	796.107	168.124	961.047	85.704	2.010.982
Industrial	140.565	13.765	55.205	-	209.535
Comercial	285.132	59.298	142.150	-	486.580
Rural	71.687	7.671	42.968	-	122.326
Poder público	162.043	30.122	114.811	-	306.976
Iluminação pública	47.116	441	30.572	-	78.129
Serviço público	54.026	13.556	47.727	-	115.309
<b>Total</b>	<b>1.556.676</b>	<b>292.977</b>	<b>1.394.480</b>	<b>85.704</b>	<b>3.329.837</b>

### *Caixa e equivalente de caixa*

A Companhia e suas controladas detém caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R\$ 718.146 e R\$ 4.743.990, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.247.838 e R\$ 4.172.474 em 31 de dezembro de 2017). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

### *Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão*

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

### *Derivativos*

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating*.

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 17 (Empréstimos e financiamentos) e 18 (Debêntures).

A Companhia e suas controladas tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 4,7 em 31 dezembro de 2018 (5,3 em 31 de dezembro de 2017).

*Exposição ao risco de liquidez*

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

*Controladora*

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Títulos de dívida emitidos sem garantida	834.166		834.166	-	-	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	834.166		834.166	-	-	-	-
Títulos de dívida emitidos sem garantida	1.262.443		(145)	14.257	(904)	747.220	502.015
Subtotal - Debêntures	1.262.443		(145)	14.257	(904)	747.220	502.015
Fornecedores	993		993	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.097.602</b>		<b>835.014</b>	<b>14.257</b>	<b>(904)</b>	<b>747.220</b>	<b>502.015</b>

**Consolidado**

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Empréstimos bancários com garantia	4.213.272	4.636.258	194.987	658.544	1.367.968	1.726.484	688.305
Empréstimos bancários sem garantia	1.277.922	1.417.716	7.713	51.244	1.024.228	327.531	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.368.637	633.587	834.166	-	633.587	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	6.859.831	6.687.561	1.036.866	709.788	3.025.783	2.054.015	688.305
Títulos de dívida emitidos com garantia	2.978.131	2.078.852	(145)	132.135	274.376	2.634.912	502.015
Títulos de dívida emitidos com garantia	1.698.218	2.024.495	5.598	298.086	1.460.903	259.908	-
Subtotal - Debêntures	4.676.349	4.103.347	5.453	430.221	1.735.279	2.894.820	502.015
Empréstimos bancários com garantia	123.339	62.850	2.016	10.861	23.671	22.849	3.452
Empréstimos bancários sem garantia	755.651	1.852.310	222	138.292	84.929	130.519	1.498.349
Subtotal - Demais passivos financeiros não derivativos	878.990	1.915.160	2.238	149.153	108.600	153.368	1.501.801
Fornecedores	1.553.025	1.318.914	1.167.278	385.747	-	-	-
Total	13.968.195	14.024.982	2.211.835	1.674.909	4.869.662	5.102.203	2.692.121
<b>Passivos financeiros derivativos</b>							
Swaps de taxas de juros utilizados para <i>hedging</i>	217.634	(2.373.503)	(32.444)	(142.248)	(1.607.773)	(591.038)	-
Total	217.634	(2.373.503)	(32.444)	(142.248)	(1.607.773)	(591.038)	-

Os fluxos de entradas/ (saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 e 18, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia e suas controladas.

**(iii) Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de *Swap* para gerenciar a volatilidade no resultado.



(iv) **Risco de taxa de câmbio**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a controlada CEMAR não tem exposição ao câmbio na dívida (0,4% em 31 de dezembro de 2017) a exposição ao câmbio da Controlada CELPA é de 28,9% (22,21 % em 2017) e a exposição ao câmbio da Controlada CEPISA é de 0,5% (0,5% em 31 de dezembro de 2017), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira).

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CELPA possui duas dívidas em moeda estrangeira, sendo que ambas possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio.

Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	CELPA		Part. (%)
			Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	
Libor semestral					
Libor trimestral	1.070	9,2%	Jan/22	2,5	28,9%
Pré-fixado					
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>1.070</b>	<b>9,2%</b>		<b>2,5</b>	<b>28,9%</b>
CDI	1.278	9,7%	dez/22	4,0	34,5%
Pré-fixado	570	9,8%	ago/31	13,4	15,4%
RGR	3	6,0%	abr/22	1,7	0,1%
IGP-M	259	6,0%	set/34	15,0	7,0%
IPCA	525	11,7%	jun/22	3,2	14,2%
<b>Moeda nacional</b>	<b>2.635</b>	<b>9,8%</b>		<b>7,0</b>	<b>71,2%</b>
<b>Total</b>	<b>3.705</b>	<b>9,6%</b>		<b>5,7</b>	<b>100%</b>

A CEPISA possui duas dívidas em moeda estrangeira, sendo que ambas possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio.

Indexador	CEPISA				
	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor	5,34	3,7%	abril/24	5,4	0,2%
Pré-fixado	7,69	6,2%	abril/24	5,3	0,3%
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>13,03</b>	<b>5,2%</b>		<b>5,4</b>	<b>0,5%</b>
CDI	1.078	9,8%	mar/23	2,6	37,8%
Pré-fixado	629	11,2%	dez/36	13,0	22,0%
IGP-M	21	5,6%	jul/26	2,0	0,7%
IPCA	557	10,7%	mar/23	2,0	19,5%
ISELIC	557	8,0%	abr/21	1,2	19,5%
<b>Moeda nacional</b>	<b>2.841</b>	<b>9,9%</b>		<b>4,5</b>	<b>99,5%</b>
<b>Total</b>	<b>2.854</b>	<b>9,9%</b>		<b>4,5</b>	<b>100%</b>

A CEMAR não tem exposição ao câmbio na dívida (0,4% em 31 de dezembro de 2017) conforme demonstrado a seguir:

Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor	-	-	-	-	-
Pré fixado	-	-	-	-	-
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
IGP-M	109	8,3%	dez/23	2,6	4,6%
TJLP	351	9,3%	jan/23	2,1	14,8%
PRÉ-FIXADO	124	5,3%	fev/23	2,2	5,2%
SELIC	206	11,9%	mar/24	2,7	8,7%
CDI	1.113	8,3%	set/21	2,8	46,9%
IPCA	472	9,8%	out/21	2,7	19,8%
<b>Moeda nacional</b>	<b>2.375</b>	<b>8,9%</b>	<b>-</b>	<b>2,6</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>	<b>2.375</b>	<b>9%</b>	<b>-</b>	<b>2,6</b>	<b>100%</b>

A s informações da Companhia encontram-se abaixo:

Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor	-	-	-	-	-
Pré fixado	-	-	-	-	-
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
CDI	1.992	8,90%	dez/21	3,0	95,0%
Pré-fixado	(5)	-	nov/24	3,0	-0,3%
IPCA	110	10,33%	nov/24	5,5	5,23%
<b>Moeda nacional</b>	<b>2.097</b>	<b>9,0%</b>	<b>fev/22</b>	<b>3,1</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>	<b>2.097</b>	<b>9,0%</b>		<b>3,1</b>	<b>100%</b>

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 30 de junho de 2018 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no resultado				
Passivos financeiros			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	1.082.553	1.104.931	1.402.242	1.681.174	850.378	576.243
Impacto no resultado			22.378	321.689	598.621	(232.175)	(506.110)
Referência para passivos financeiros			Taxa projetada 31/12/2018	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)			3,87	4,94	5,93	2,96	1,98

Fonte: B3

**(v) Risco de vencimento antecipado**

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como

projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas 17 (Empréstimos e financiamentos) e 1818 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial da Controlada CELPA, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

**(vi) Risco de taxa de juros**

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foi demonstrada em cinco cenários.

A seguir é apresentado, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2018 (Cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	CDI	717.881	763.323	773.990	784.725	752.656	741.988
Impacto no resultado			45.442	56.109	66.844	34.775	24.107
			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.992.349)	(2.118.465)	(2.148.070)	(2.177.862)	(2.088.860)	(2.509.254)
	IPCA	(109.567)	(113.095)	(113.955)	(114.804)	(112.246)	(111.386)
Impacto no resultado			(129.644)	(160.109)	(190.750)	(99.189)	(68.725)
<b>Efeito líquido no resultado</b>			<u>(84.202)</u>	<u>(104.000)</u>	<u>(123.906)</u>	<u>(64.415)</u>	<u>(44.617)</u>

		Consolidado					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	CDI	4.626.943	4.919.828	4.988.828	5.057.771	4.851.075	4.782.321
Impacto no resultado			292.885	361.639	430.828	224.132	155.378
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(6.509.531)	(6.921.584)	(7.012.725)	(7.109.983)	(6.819.433)	(6.722.787)
	SELIC	(801.638)	(883.424)	(881.442)	(893.801)	(856.648)	(844.212)
	TJLP	(350.568)	(375.108)	(381.776)	(387.525)	(370.279)	(364.530))
	IGP-M	(367.945)	(380.455)	(369.198)	(372.107)	(363.382)	(360.474)
	FINEL	(20.564)	(20.564)	(20.564)	(20.564)	(20.564)	(20.564)
	IPCA	(1.106.732)	(1.142.369)	(1.142.156)	(1.150.665)	(1.125.031)	(1.116.416)
Impacto no resultado			(536.526)	(650.884)	(777.667)	(398.359)	(272.005)
<b>Efeito líquido no resultado</b>			<b>(243.640)</b>	<b>(289.245)</b>	<b>(346.839)</b>	<b>(174.227)</b>	<b>(116.627)</b>

  

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa em 31/12/2018	25%	50%	-25%	-25%
CDI (% 12 meses)	6,42	7,91	9,50	4,75	3,17
SELIC (% 12 meses)	6,43	8,08	9,69	4,85	3,23
TJLP (% 12 meses)	6,72	8,75	10,50	5,25	3,50
IGP-M (% 12 meses)	7,54	4,25	5,10	2,55	1,70
IPCA (% 12 meses)	4,05	4,03	4,83	2,42	1,61
FINEL (% 12 meses)	1,51	0,85	1,02	0,51	0,34

**Fonte: B3**

**(vii) Risco de escassez de energia**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

**(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

### 37.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	6.859.831	3.963.243
Debêntures	4.676.349	3.006.998
Caixa e equivalentes de caixa	(4.743.990)	(4.172.474)
Investimentos de curto prazo	-	(919)
<b>Dívida líquida</b>	<b>6.792.190</b>	<b>2.796.848</b>
<b>EBITDA</b>	<b>2.498.035</b>	<b>1.740.326</b>
<b>Dívida líquida / EBITDA</b>	<b>2,72</b>	<b>1,61</b>

- Dívida líquida / (dívida líq. + patrimônio líquido)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	6.859.831	3.963.243
Debêntures	4.676.349	3.006.998
Caixa e equivalentes de caixa	(4.743.990)	(4.172.474)
Investimentos de curto prazo	-	(919)
<b>Dívida líquida</b>	<b>6.792.190</b>	<b>2.796.848</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>6.552.871</b>	<b>5.748.104</b>
<b>Dívida líquida / (dívida líquida + Patrimônio líquido)</b>	<b>0,51</b>	<b>0,33</b>

- Dívida de curto prazo / dívida total

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Empréstimos e financiamentos	2.298.405	984.578
Debêntures	505.464	213.812
<b>Dívida de curto prazo</b>	<b>2.803.869</b>	<b>1.198.390</b>
<b>Dívida total</b>	<b>11.536.180</b>	<b>6.970.241</b>
<b>Dívida de curto prazo / dívida total</b>	<b>24%</b>	<b>17%</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

### 38 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das controladas CEMAR, CELPA e CEPISA são os seguintes:

#### CEMAR

	<b>Vigência</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Após 2021*</b>
Energia contratada (em R\$)	2019 a 2032	1.697.120	1.748.843	1.876.082	34.365.953
Energia contratada (em MhW)	2019 a 2032	7.756.586	7.709.140	7.921.217	110.799.127

(\*) estimado 12 anos após 2021.

#### CELPA

	<b>Vigência</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Após 2021 *</b>
Energia contratada (R\$)	2019 a 2032	2.581.489	2.659.824	2.812.124	46.897.336
Energia contratada (MhW)	2019 a 2032	11.400.352	11.448.269	11.816.742	158.501.254

(\*) estimado 12 anos após 2021.

#### CEPISA

	<b>Vigência</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Após 2021*</b>
Energia contratada em R\$	2019 a 2032	93.843	1.191.579	1.159.534	18.878.891
Energia contratada em MhW	2019 a 2032	453.998	5.708.308	5.447.024	68.148.384

(\*) estimado 12 anos após 2021.

#### SOL ENERGIA

	<b>Vigência</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Após 2021*</b>
Energia contratada em R\$	2019 a 2032	173.977	83.234	9.207	-
Energia contratada em MhW	2019 a 2032	1.016	443	35	-

(\*) estimado 12 anos após 2021.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

## **INTESA**

Por solicitação do ONS - Operador Nacional do Sistema, a Companhia realizou um reforço em seu sistema, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 5906 de 21/06/16, que foi concluído em janeiro de 2018. Esse reforço consistiu na troca do Banco de Capacitores Série - BCS existente na SE Peixe 2 com capacidade de 1.800 A para um BCS de capacidade de 2.500 A. Esse investimento é parte de um projeto maior, quando haverá a troca de todos os BCS da Interligação Norte Sul, envolvendo inclusive outros concessionários de transmissão, proporcionando um aumento no escoamento de energia pelas Linhas de Transmissão já existentes.

Em 28 de março de 2017, foi emitida a Resolução Autorizativa ANEEL nº 6259, que abrange o reforço nas Subestações de Miracema e Gurupi, conforme detalhados a seguir:

- O reforço para subestação de Miracema, consiste na substituição de uma unidade do Banco de Capacitores com capacidade de 1.667 A para um Banco de Capacitores Série de capacidade de 2.250 A, e uma unidade Reserva para Reator de Barra 550 kV, cuja implantação nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 40.000; e
- O reforço para subestação de Gurupi, consiste na substituição duas unidades de Banco de Capacitores com capacidade de 1.667 A para um Banco de Capacitores Série de capacidade de 2.250 A, cuja implantação nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 60.000.

## **Equatorial Transmissoras**

- As Companhias possuem contratos de longo prazo para construção de toda extensão das linhas de transmissão e subestações, englobando todos os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos nos Contratos de Concessão como estimativa de investimento para a implantação e entrada em operação comercial, estão descritas no quadro abaixo:

Controlada	Entrada em operação comercial	Estimativa de Investimento		
		Linhas de transmissão	Subestação	Total
SPE01	09/02/2022	335.964	125.036	461.000
SPE02	09/02/2022	341.029	127.971	469.000
SPE03	09/02/2022	508.428	34.572	543.000
SPE04	09/02/2022	800.959	219.041	1.020.000
SPE05	09/02/2022	356.226	66.774	423.000
SPE06	09/02/2022	456.884	42.116	499.000
SPE07	09/02/2022	285.741	176.259	462.000
SPE08	11/08/2022	481.500	252.200	733.700
<b>Total do investimento</b>		<b>3.566.731</b>	<b>1.043.969</b>	<b>4.610.700</b>



### 39 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Transmissão, Serviços, Comercialização e Administração central e outros.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos operacionais	19.650.669	2.732.371	3.196.265	163.256	(236.565)	25.505.996
Passivo operacionais	14.912.573	2.353.297	1.838.539	72.325	(239.670)	18.953.125

2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos operacionais	15.170.406	6.187.777	296.974	197.606	(4.364.311)	17.488.452
Passivo operacionais	10.406.379	1.402.207	94.638	90.563	(253.439)	11.740.348

2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	9.797.248	-	1.020.412	507.534	(72.567)	11.252.627
Custos e despesas operacionais	(8.077.780)	(59.183)	(681.139)	(465.478)	72.569	(9.211.011)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	1.719.468	(59.183)	339.273	42.056	2	2.041.616
Resultado financeiro	(742.075)	(40.188)	(5.306)	4.985	-	(782.584)
Resultado de participações societárias	-	36.186	-	331	-	36.517
Imposto de renda e contribuição social	(18.396)	(5)	(100.433)	(15.655)	-	(134.489)
Lucro líquido (prejuízo) do período	958.997	(63.190)	233.534	31.717	2	1.161.060

2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	8.521.810	-	138.943	410.667	-	9.071.420
Custos e despesas operacionais	(7.164.399)	(56.740)	(137.189)	(359.421)	-	(7.717.749)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	1.357.411	(56.740)	1.754	51.246	-	1.353.671
Resultado financeiro	(232.265)	56.982	(439)	6.506	-	(169.216)
Resultado de participações societárias	-	56.661	-	-	-	56.661
Imposto de renda e contribuição social	(12.794)	(80)	(381)	(22.778)	-	(36.033)
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.112.352	56.823	934	34.974	-	1.205.083

### 39.1 Receitas e despesas de juros por segmento

2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita de juros	354.397	-	23	-	-	354.420
Despesa de juros	(32.635)	(18)	(196)	-	-	(32.849)
Total	321.762	(18)	(173)	-	-	321.571

  

2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita de juros	192.293	-	-	-	-	192.293
Despesa de juros	(147)	-	-	-	-	(147)
Total	192.146	-	-	-	-	192.146

### 39.2 Receita operacional por segmento

2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Suprimento (venda) de energia elétrica	634.888	-	-	-	-	634.888
Fornecimento de energia elétrica	10.593.835	-	-	414.522	-	11.008.357
CVA e outros itens financeiros	418.172	-	-	-	-	418.172
Receita de construção	1.241.191	-	924.423	-	-	2.165.614
Operação com Transmissão de Energia Elétrica	-	-	8.439	-	-	8.439
Receita de Operação e Manutenção	-	-	31.642	-	-	31.642
Outras receitas	922.299	-	164.014	161.265	(72.567)	1.175.011
Total da receita bruta	13.810.385	-	1.128.518	575.787	(72.567)	15.442.123

  

2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Suprimento (venda) de energia elétrica	65.064	-	-	-	-	65.064
Fornecimento de energia elétrica	9.483.722	-	-	335.267	-	9.818.989
CVA e outros itens financeiros	792.666	-	-	-	-	792.666
Receita de construção	1.292.105	-	151.076	-	-	1.443.181
Outras receitas	378.207	-	1.842	132.580	-	512.629
Total da receita bruta	12.011.764	-	152.918	467.847	-	12.632.529

### 39.3 Adição a ativos não circulantes por segmento

2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativo financeiro da concessão Intangível	776.633	-	74.976	-	-	851.609
Ativos contratuais	40.874	10	1.290	2.664	-	44.838
	1.120.822	-	1.169.310	-	-	2.290.132
Total	1.938.329	10	1.245.576	2.664	-	3.186.579

<b>2017</b>						
	<b>Distribuição</b>	<b>Administração</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Serviços e Comercialização</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Total</b>
Ativo financeiro da concessão	555.116	-	151.077	-	-	706.193
Intangível	1.290.421	1.236	7.703	678	-	1.300.038
Total	<u>1.845.537</u>	<u>1.236</u>	<u>158.780</u>	<u>678</u>	<u>-</u>	<u>2.006.231</u>

### 39.4 Ativos não circulantes por segmento

<b>2018</b>						
	<b>Distribuição</b>	<b>Administração</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Serviços e Comercialização</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Total</b>
Ativos não circulantes						
Ativo financeiro da concessão	3.794.951	-	371.614	-	-	4.166.565
Imobilizado	-	2.819	1.285	9.424	-	13.528
Intangível	4.348.382	1.845	61.014	3.955	1.635.155	6.050.351
Ativos contratuais	1.120.822	-	1.169.310	-	-	2.290.132
Total	<u>9.264.155</u>	<u>4.664</u>	<u>1.603.223</u>	<u>13.379</u>	<u>1.635.155</u>	<u>12.520.576</u>

<b>2017</b>						
	<b>Distribuição</b>	<b>Administração</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Serviços e Comercialização</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Total</b>
Ativos não circulantes						
Ativo financeiro da concessão	3.071.703	-	152.919	-	-	3.224.622
Imobilizado	-	1.840	-	8.821	-	10.661
Intangível	4.733.584	1.236	7.615	1.325	187.086	4.930.846
Total	<u>7.805.287</u>	<u>3.076</u>	<u>160.534</u>	<u>10.146</u>	<u>187.086</u>	<u>8.166.129</u>

### 39.5 Itens não-caixa por segmento

<b>2018</b>						
	<b>Distribuição</b>	<b>Administração</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Serviços e Comercialização</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Total</b>
Amortização	(435.341)	(6)	(462)	(358)	-	(436.167)
Atualização do ativo financeiro	94.746	-	103.780	-	-	198.526
Total	<u>(340.595)</u>	<u>(6)</u>	<u>103.318</u>	<u>(358)</u>	<u>-</u>	<u>(237.641)</u>

<b>2017</b>						
	<b>Distribuição</b>	<b>Administração</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Serviços e Comercialização</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Total</b>
Amortização	(380.471)	-	(88)	(38)	-	(380.597)
Atualização do ativo financeiro	87.408	-	1.842	-	-	89.250
Total	<u>(293.063)</u>	<u>-</u>	<u>1.754</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>(291.347)</u>

## 39.6 Segmento geográfico

### (a) Receita operacional distribuição

	2018			2017	
	Maranhão	Pará	Piauí	Maranhão	Pará
Receita operacional líquida	3.796.145	5.491.536	508.941	3.370.836	5.150.974

### (b) Ativos não circulantes distribuição

	31/12/2018			31/12/2017	
	Maranhão	Pará	Piauí	Maranhão	Pará
Ativo financeiro da concessão	1.523.096	2.260.840	11.015	1.294.726	1.776.977
Intangível	1.625.558	1.927.691	795.133	1.958.916	2.774.668
Total	3.148.654	4.188.531	806.148	3.253.642	4.551.645

## 40 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia e suas controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e por suas controladas CEMAR, CELPA e CEPISA, está demonstrada conforme a seguir:

### Equatorial

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
D&O Geral	30/04/2019	30.000

## CEMAR

<b>Riscos</b>	<b>Vencimento das apólices</b>	<b>Importância segurada</b>
Riscos operacionais	30/04/2020	309.833
Responsabilidade civil geral - operações	30/04/2020	7.000
Riscos diversos	30/04/2020	1.095
Seguro garantia judicial	(a)	329.090
Seguro garantia leilão de energia	(b)	467
Automóvel	30/04/2020	(c)

- (a) Apólices vigentes até 2023;  
(b) Apólices vigentes até 2020; e  
(c) 117 veículos próprios segurados.

## CELPA

<b>Riscos</b>	<b>Vencimento das apólices</b>	<b>Importância segurada</b>
Riscos operacionais	30/04/2020	327.359
Responsabilidade civil geral - operações	30/04/2020	7.000
Seguro garantia judicial	(a)	150.428
Seguro garantia leilão de energia	(b)	143
Automóvel	30/04/2020	(c)

- (a) Apólices vigentes até de 2023.  
(b) Apólices vigentes até de 2019; e  
(c) 59 veículos próprios.

## CEPISA

<b>Riscos</b>	<b>Vencimento das apólices</b>	<b>Importância segurada</b>
Riscos operacionais	04/07/2019	166.202
Responsabilidade civil geral – operações	-	-
Riscos diversos	-	-
Seguro garantia judicial	(a)	470.682
Seguro garantia leilão de energia	-	-
Automóvel	-	-

- (a) Vigência até dez/2023.

**Seguro Garantia de Fiel Cumprimento/Construção**

	<b>Vencimento das apólices</b>	<b>Importância segurada</b>
SPE01	06/11/2022	44.483
SPE02	06/11/2022	47.311
SPE03	06/11/2022	54.750
SPE04	06/11/2022	106.559
SPE05	06/11/2022	43.545
SPE06	06/11/2022	50.722
SPE07	06/11/2022	42.699
<b>Execução das obras de implantação da linha de transmissão</b>		
SPE08	08/05/2023	33.565

**INTESA**

<b>Ramo</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Veículos	30/07/2018 a 30/07/2019	(a)
Riscos nomeados operacionais	27/07/2018 a 27/07/2019	205.206
Responsabilidade civil geral	27/07/2018 a 27/07/2019	10.000

(a) Conforme apólice, referente a 6 veículos próprios.

As controladas CEMAR, CELPA, CEPISA e Transmissoras(SPE) adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros das controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## **41 Eventos subsequentes**

**CEAL**

Em 28 de dezembro de 2018, a Companhia sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da distribuidora de energia elétrica Companhia Energética de Alagoas S.A. ("CEAL").

Em 18 de março de 2019 foi verificado o cumprimento das duas últimas condicionantes previstas no edital de leilão n.º 2/2018-PPI/PND e seus anexos ("Edital"), relacionado ao procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da distribuidora de energia elétrica Companhia Energética de Alagoas S.A. ("CEAL") para a Companhia ("Operação").

Dentre as condicionantes previstas no Edital para a consumação da Operação estavam: (a) a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ("CADE"); (b) a anuência prévia pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL"); (c) a realização, por parte da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Eletrobras"), de ajustes na CEAL mediante a conversão de dívida em capital social, nos termos da Resolução CPPI n.º 20/2017 e alterações posteriores; (d) a liquidação financeira, pela Companhia, da compra das

ações de emissão da CEAL objeto da Operação; e (e) o pagamento integral, pela Companhia, da remuneração devida à B3, na qualidade de responsável pela operacionalização da liquidação do Leilão.

Com relação às condicionantes, (i) a aprovação da Operação pelo Superintendente-Geral do CADE, sem restrições, ocorreu em 24 de janeiro de 2019, conforme decisão publicada no Diário Oficial da União em 25 de janeiro de 2019, e transitada em julgado no dia 12 de fevereiro de 2019; (ii) a aprovação da Operação pela ANEEL, por sua vez, foi publicada no Diário Oficial da União em 20 de fevereiro de 2019; (iii) em 28 de fevereiro 2019, foi realizada assembleia geral extraordinária da CEAL na qual foi deliberada a realização de aumento do capital social da CEAL com créditos de titularidade da Eletrobras, de forma a realizar os ajustes previstos na Resolução CPPI n.º 20/2017; e (iv) por fim, na presente data, a Companhia realizou a liquidação financeira da Operação, mediante pagamento do preço de aquisição das ações de emissão da CEAL à Eletrobras, e da remuneração devida à B3.

Diante da verificação do cumprimento de todas as condicionantes do Edital, a Operação foi concluída em 18 de março de 2019 e foram transferidas para a Companhia ações ordinárias e preferenciais de emissão da CEAL representativas de aproximadamente 89,94% do seu capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Companhia e a Eletrobras na presente data (“Contrato de Compra e Venda de Ações”).

Além do Contrato de Compra e Venda de Ações, a Companhia também: (a) celebrou, naquela data, o Acordo de Acionistas da CEAL, com a Eletrobras; (b) realizou o aporte de R\$ 545.770 na CEAL, conforme aprovado na assembleia geral extraordinária da CEAL realizada em 18 de março de 2019; e (c) celebrou, em 19 de março de 2019, o Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica (nos termos da Lei n.º 12.783, de 11 de janeiro de 2013), com a União. Adicionalmente, nos termos do Edital, a Companhia deverá adquirir eventuais sobras das 68.061.648 ações ordinárias e 1.343.322 ações preferenciais de emissão da CEAL, representativas de aproximadamente 10,06% de seu capital social, que serão ofertadas aos seus empregados e aposentados.

Nos termos do Edital e do Acordo de Acionistas da CEAL, será assegurado à Eletrobras, ainda, o direito de, dentro do prazo de seis meses a contar da presente data, realizar um aumento de capital de forma a aumentar a sua participação acionária em até 30% no capital social total da CEAL.

#### **Aquisição CEPISA**

Em observância ao disposto no Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), Subseção I, Item 1.7, foram ofertadas ações da Distribuidora aos Empregados e Aposentados, conforme estabelecido no Anexo 9 do Edital - Manual de Oferta aos Empregados e Aposentados.

Durante o prazo para exercício do direito de preferência (iniciado em 27 de dezembro de 2018, data de publicação do aviso aos acionistas correspondente, e encerrado em 28 de janeiro de 2019) foram subscritas 602.857.959 (seiscentos e dois milhões, oitocentas e cinquenta e sete mil, novecentas e cinquenta e nove) ações, sendo 575.441.354 (quinhentos e setenta e cinco milhões, quatrocentas e quarenta e uma mil, trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 27.416.605 (vinte e sete milhões, quatrocentas e dezesseis mil, seiscentas e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal no montante total de R\$ 721.582.260,67 (setecentos e vinte e um milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos).

Findo o prazo para exercício do direito de preferência, foi constatada a existência de sobras de ações não subscritas, sendo então garantido aos acionistas subscritores que solicitaram, no ato da subscrição, a reserva de sobras durante o período do exercício do direito de preferência, a possibilidade de subscrever sobras de ações na mesma proporção dos direitos de preferência à subscrição de ações que efetiva e tempestivamente houverem exercido.

Durante o prazo para subscrição de sobras de ações (iniciado em 11 de fevereiro de 2019, inclusive, e encerrado em 18 de fevereiro de 2019, inclusive), foram subscritas 5.868 (cinco mil, oitocentos e sessenta e oito) ações, sendo 1.395 (um mil, trezentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 4.473 (quatro mil, quatrocentas e setenta e três) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 7.023,62 (sete mil e vinte e três reais e sessenta e dois centavos).

Findo o prazo para subscrição de sobras de ações, foi constatado que alguns acionistas subscritores solicitaram, no ato da subscrição das sobras, uma quantidade adicional de sobras de ações não subscritas, sendo então garantido aos acionistas subscritores que as solicitaram, a possibilidade de subscrever sobras adicionais, limitada ao número total de ações não subscritas.

Durante o prazo para subscrição de sobras adicionais de ações (iniciado em 27 de fevereiro de 2019, inclusive, e encerrado em 1º de março de 2019, inclusive), foram subscritas 24.889 (vinte e quatro mil, oitocentas e oitenta e nove) ações, sendo 2.885 (duas mil, oitocentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 22.004 (vinte e duas mil e quatro) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 29.790,53 (vinte e nove mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos).

Durante o prazo para exercício do direito de preferência, de subscrição de sobras e de subscrição de sobras adicionais, foi subscrito um total de 602.888.716 (seiscentos e dois milhões, oitocentas e oitenta e oito mil, setecentas e dezesseis) novas ações, sendo 575.445.634 (quinhentos e setenta e cinco milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, seiscentas e trinta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 27.443.082 (vinte e sete milhões, quatrocentas e quarenta e três mil e oitenta e duas) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal no valor total de R\$ 721.619.075,54 (setecentos e vinte um milhões, seiscentos e dezenove mil, setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

As ações não subscritas pelos empregados e aposentados, foram subscritas pela Equatorial Energia, refletindo no aumento do capital social da Companhia Energética do Piauí, que passou de R\$ 1.272.797.054,06 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões, setecentos e noventa e sete mil, cinquenta e quatro reais e seis centavos), dividido em 779.254.164 (setecentos e setenta e nove milhões, duzentas e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e quatro) ações, sendo 744.160.567 (setecentas e quarenta e quatro milhões, cento e sessenta mil, quinhentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 35.093.597 (trinta e cinco milhões, noventa e três mil, quinhentas e noventa e sete) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, para R\$ 1.994.416.129,60 (um bilhão, novecentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e dezesseis mil, cento e vinte e nove reais e sessenta centavos), dividido em 1.382.142.880 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quarenta e duas mil, oitocentos e oitenta) ações, sendo 1.319.606.201 (um bilhão, trezentas e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 62.536.679 (sessenta e duas milhões, quinhentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.



#### **Primeira emissão de debêntures Equatorial Transmissora 1 SPE**

Em 10 de janeiro de 2019, a Equatorial Transmissora 1 SPE realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 29 de janeiro de 2019, sendo uma emissão de debêntures incentivada, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, no montante de R\$ 55.000, com vencimento em 15 de janeiro de 2033, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Contrato ao custo de IPCA + 4,85% a.a.

#### **Primeira emissão de debêntures Equatorial Transmissora 2 SPE**

Em 10 de janeiro de 2019, a Equatorial Transmissora 2 SPE realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 29 de janeiro de 2019, sendo uma emissão de debêntures incentivada, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, no montante de R\$ 45.000, com vencimento em 15 de janeiro de 2033, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Contrato ao custo de IPCA + 4,85% a.a..

#### **Primeira emissão de debêntures Equatorial Transmissora 3 SPE**

Em 10 de janeiro de 2019, a Equatorial Transmissora 3 SPE realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 29 de janeiro de 2019, sendo uma emissão de debêntures incentivada, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, no montante de R\$ 90.000 e destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. A Primeira Série, no montante de R\$45.000, ao custo de IPCA + 4,80% a.a. e com vencimento em 15 de janeiro de 2033 e a Segunda Série, no montante de R\$45.000, ao custo de IPCA + 4,65% a.a. e com vencimento em 15 de janeiro de 2034.

#### **CEMAR**

Em 27 de dezembro de 2018, a CEMAR assinou contrato de financiamento com o BNDES , no montante de R\$1,219 bilhões, destinado a implantação do plano de investimentos da Cia para os anos de 2018 a 2020. O contrato possui garantia de recebíveis de energia, depósito em conta centralizadora e aval da controladora Equatorial Energia, taxa de juros de IPCA+4,89% a.a., carência de principal de 24 meses e amortização em 113 meses, vencendo a última parcela em 15 de maio de 2030. Em 22 de fevereiro de 2019, a Companhia recebeu a primeira parcela do financiamento, no montante de R\$ 146.342 mil.

#### **CELPA**

Em 27 de dezembro de 2018, a CELPA assinou contrato de financiamento com o BNDES , no montante de R\$1.341 bilhões, destinado a implantação do plano de investimentos da Cia para os anos de 2018 a 2020. O contrato possui garantia de recebíveis de energia, depósito em conta centralizadora e aval da controladora Equatorial Energia, taxa de juros de IPCA+4,78% a.a., carência de principal de 24 meses e amortização em 88 meses, vencendo a última parcela em 15 de abril de 2028. Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia recebeu a primeira parcela do financiamento, no montante de R\$ 335.975 mil.

## **CEPISA**

### **Autorização de financiamento**

O Conselho de Administração da Equatorial Energia autorizou a contratação de cerca de R\$ 1,67 bilhão em financiamentos, segundo ata de reunião do colegiado divulgada pela Companhia em 25 de março de 2019.

Parte dos recursos deverão bancar aportes nesta Companhia, além disso, autorizou a Equatorial Energia a prestar fiança para sua controlada CEPISA para contratação de empréstimos de até R\$ 130 milhões e até R\$ 300 milhões junto ao Banco BOCOM e ao Citibank, respectivamente.

Também foi aprovada a celebração de contrato de "swap" necessário para que a Equatorial Energia contrate proteção da exposição cambial em moeda estrangeira nas operações de empréstimo à CEPISA, segundo a ata divulgada pela companhia.

## **Conselho de Administração**

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Saggioro

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Guilherme Mexias Aché

José Jorge de Vasconcelos Lima

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Marcelo de Souza Monteiro

## **Conselho Fiscal**

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

## **Diretoria Executiva**

Augusto Miranda da Paz Júnior  
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado  
Diretora

Eduardo Haiama  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Humberto Luis Queiroz Nogueira  
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Diretor

Sérvio Túlio dos Santos  
Diretor

Tinn Freire Amado  
Diretor

Geovane Ximenes de Lira  
Gerente de Contabilidade e Tributos  
Contador  
CRC-PE012996-O-3-S-MA